



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

P D I

2010 ó 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA

Belém ó Pará

2010

Índice

1. Apresentação.....	3
2. Perfil da Instituição	5
2.1. Missão	5
2.2. Histórico da implantação e desenvolvimento da Instituição.....	5
2.3. Objetivos da instituição	8
2.3.1. Descrição e dos objetivos.....	9
2.4. Área de atuação acadêmica	12
3. Projeto pedagógico institucional.....	13
3.1. A inserção Regional	15
3.2. Princípios filosóficos e teórico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas da instituição	17
4. Política de Ensino.....	18
4.1. Metas e ações para a política de ensino	22
4.2. Expansão em acordo com a política de ensino.....	23
4.3. Biblioteca.....	25
4.4. Inovações.....	26
4.5. Política de Ensino a Distância	27
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Direito Ambiental	Erro! Indicador não definido.
360	Erro! Indicador não definido.
2.....	Erro! Indicador não definido.
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	Erro! Indicador não definido.
4.6. Política de Ensino de Pós-graduação	34
4.6.1. Programa de Bolsas para Pós-Graduação.....	35
4.6.2. Objetivo.....	36
4.6.3. Metas e Ações	36
4.6.4. Oferta de cursos e programas	40
5. Políticas de Pesquisa	41
5.1. Programa institucional de bolsas de Iniciação Científica.....	42
5.2. Plano de expansão da Pesquisa.....	45
5.2.1. Objetivo.....	45
5.2.2. Metas e Ações	45
6. Política de extensão	48

7.	Política de gestão.....	52
7.1.	Responsabilidade social da UFRA	54
8.	IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA.....	57
8.1.	Cronograma de implantação e desenvolvimento da Instituição para o período de vigência do PDI 57	
8.2.	Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas, estabelecendo os critérios gerais para a definição de:	61
8.2.1.	Perfil do Egresso	61
8.2.2.	Seleção de conteúdo	62
8.2.3.	Princípios metodológicos	63
8.2.4.	Processo de avaliação	63
8.2.5.	Atividade prática profissional, complementares e de estágios	65
8.3.	Inovações curriculares	66
8.4.	Oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos.....	71
8.5.	Avanços tecnológicos	72
9.	CORPO DOCENTE.....	73
9.1.	Requisitos de titulação.....	73
9.2.	Experiências no magistério superior e experiência profissional não acadêmica	75
9.3.	Os critérios de seleção e contratação	76
9.4.	Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho	76
a)	Plano de carreira	79
9.5.	Procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro	79
10.	CORPO TECNICO/ADMINISTRATIVO	80
6.1 -	Os critérios de seleção e contratação	80
6.2 -	Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho	80
11.	CORPO DISCENTE	83
7.1 -	Formas de acesso	83
7.2 -	Programas de apoio pedagógico e financeiro	83
7.3 -	Estímulos à permanência (programa de nivelamento, atendimento psicopedagógico)	84
7.4 -	Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil).....	86
7.5 -	Acompanhamento dos egressos	86
12.	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	88
8.1.	Estrutura organizacional	88
	ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – 2010 a 2014	88

PRÓ-REITORIAS	89
CONSTITUIÇÃO DAS PRÓ-REITORIAS.....	89
CONSTITUIÇÃO DOS INSTITUTOS.....	92
INSTITUTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS – ICA.....	92
INSTITUTO DE SAÚDE E PRODUÇÃO ANIMAL-ISPA	92
INSTITUTO SÓCIO-AMBIENTAL E RECURSOS HÍDRICOS - ISARH	92
INSTITUTO CIBERESPACIAL - ICIBE	92
PADRÕES DE FUNCIONALIDADE	92
8.2 - Organograma institucional e acadêmico.....	94
8.3 - Órgãos colegiados: competências e composição	96
8.4 - Órgãos de apoio às atividades acadêmicas.....	96
8.5 - Autonomia da IES em relação à mantenedora.....	97
8.6 - Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas	97
13. AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	98
9.1 - Metodologia, dimensões e instrumentos a serem utilizados no processo de auto-avaliação	99
14. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	104
15. ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA	105
16. DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.....	106

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA 2010 a 2014

1. Apresentação

A criação da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) representou uma nova ordem de relação dialética entre a realidade regional e os objetivos institucionais. Não foi uma simples mudança institucional de um formato de faculdade isolada para universidade, foi uma mudança de implicação maior, partindo da transformação da base acadêmica existente, com o redimensionamento das atividades das três grandes áreas do conhecimento que hoje constituem o objeto de atuação da UFRA. A nova dimensão voltou-se para o grande e complexo mundo natural e civilizacional da Amazônia, buscando-se a interação do homem com o ambiente que o cerca e entendendo-o. A interação dos diversos ecossistemas com as culturas locais não impediu que houvesse uma ação de inovação assegurando a estabilidade destes ambientes, proporcionando um avanço na aplicação de novas tecnologias e uma melhora na qualidade de vida da população.

Essa nova combinação entre o uso de novas tecnologias e os padrões evolutivos naturais dos ecossistemas vem alcançando de um lado a permanência da extraordinária riqueza natural e, de outro, garantindo a evolução dos padrões de vida das populações envolvidas na atual realidade regional amazônica. Ao longo de seus oito anos de existência como Universidade, a UFRA alcançou de forma concisa e constante o desenvolvimento das Ciências Agrárias e se estruturou para alçar desafios com a criação de novos cursos e novos campi. A expansão garantirá a sua magnitude e espelhará os anos de experiência na formação de profissionais nas áreas de agronomia, medicina veterinária, engenharia florestal, engenharia de pesca e zootecnia.

A estruturação organizacional – administrativa e acadêmica – da Universidade Federal Rural da Amazônia, considerada como inovadora, teve como objetivo fundamental romper a razão de perenidade dos atuais modelos das Instituições Públicas Federais de Ensino Superior, substituindo-a pela razão de atualidade no âmbito de suas responsabilidades como instituição de formação profissional e de geração do conhecimento. Nesse sentido parte-se do pressuposto que a instituição acadêmica, universitária, deve se orientar e agir num campo de fronteira, ao lado ou à frente dos setores mais dinâmicos da sociedade. A universidade, ao contrário da tradição, deve ser, o quanto possível, o segmento mais à vanguarda da sociedade, tanto na

geração do conhecimento como no processo evolutivo de sua própria organização estrutural que, afinal, condiciona o nível de desempenho na dinâmica dos fluxos internos. A estrutura e a organização são partes indissociáveis dos paradigmas de qualidade e desempenho, responsáveis diretos pela difusão das novas mensagens culturais e técnicas que transportam os valores da educação em direção ao futuro. A identificação institucional da Universidade Federal Rural da Amazônia com o complexo e vasto mundo civilizacional amazônico será mais forte ainda, nele introduzindo as técnicas, o conhecimento e a informação da pós-modernidade.

O modelo elaborado para a Universidade Federal Rural da Amazônia, intensamente discutido, foi baseado na simplicidade, na flexibilidade, na horizontalidade dos fluxos de demanda funcional – gestão administrativa e gestão acadêmica – e amplo uso das estratégias da informação e conhecimento. O desempenho de qualidade – eficiência, fluidez, racionalidade – é um atributo essencial ao objetivo fim da instituição acadêmica. A repercussão do desempenho de qualidade ecoa diretamente no perfil do formando, no mérito da pesquisa, nos trabalhos de extensão, numa palavra, na excelência acadêmica. No entanto, nenhum modelo nasce perfeito. A concepção teórica, ainda que discutida e avaliada, necessita, quando da implantação, de ajustamentos que só poderão ser detectados pela prática. Esta prática ao longo de quatro anos de vigência do último Plano de Desenvolvimento Institucional mostrou vantagens e desvantagens. As desvantagens levaram a instituição a uma série de atropelos, principalmente pela falta de recursos humanos que pudesse atuar e acionar o modelo que foi idealizado. As vantagens ascenderam-na ao “status” de melhor Universidade do Estado do Pará (Inep, 2008) e deram-na uma identidade que havia sido desvalorizada e desconhecida pela sociedade ao longo dos últimos anos. Vencido o período de vigência, marcamos o que de fato foi um sucesso, avaliamos o insucesso e redimensionamos mais uma vez as mudanças e os planos.

Isso induz a pensar que todo processo de mudança deve ter caráter permanente, ou ao menos de curto prazo; os ritmos das mudanças impostos pela evolução das tecnologias da informação e do conhecimento não estão condicionados aos mesmos tempos da continuidade/perenidade organizacional nas instituições federais de ensino superior. A maneira mais objetiva de evitar-se a perenidade nos serviços públicos é manter periodicamente a comunidade acadêmica atualizada quanto à evolução das organizações, utilizando-se para tanto de cursos multidisciplinares que contemplem o objetivo principal de renovação do conhecimento e das técnicas, com valor intrínseco muito além da simples obtenção de um diploma ou certificado.

Este Plano de Desenvolvimento Institucional apresenta uma renovação dos objetivos, uma adequação da estrutura organizacional e o redimensionamento acadêmico com a oferta de novos cursos em nível de graduação e pós-graduação – mestrado e doutorado – bem como a ampliação dos programas de pesquisas e extensão, tendo em vista a área de abrangência das atividades da Instituição.

2. Perfil da Instituição

2.1. Missão

Contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, através da formação de profissionais de nível superior, desenvolvendo, e compartilhando conhecimento técnico, científico e cultural, oferecendo serviços à comunidade por meio do ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI deverá se pautar em princípios norteadores de suas ações que contemplem a autonomia universitária, a busca de excelência acadêmica, a gratuidade do ensino, a gestão democrática e colegiada, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o compromisso social com o ensino, pesquisa, extensão e fortalecimento do diálogo com a sociedade, a igualdade de condições para o acesso e permanência na instituição e a valorização profissional dos docentes e técnico-administrativos.

2.2. Histórico da implantação e desenvolvimento da Instituição

A Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), como sucessora da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), é a mais antiga Instituição de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica na área de Ciências Agrárias da região e tem como tema de grande preocupação a preservação da Região Amazônica, assim como sua exploração racional. A Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP foi criada em 1951 como Escola de Agronomia da Amazônia (EAA), quando oferecia apenas o Curso de Graduação em Agronomia. A EAA foi criada para funcionar anexa ao Instituto Agrônomo do Norte, criado em 1939, em cujas instalações deveriam coexistir, utilizando equipamentos e outros meios daquela instituição de pesquisa e incluindo as atividades de magistério da escola recém criada como nova atribuição do pessoal técnico do IAN.

O Conselho Federal de Educação, mediante Parecer nº 802/71 de 09/11/71, aprovou o funcionamento do Curso de Engenharia Florestal, na Escola de Agronomia da Amazônia, o qual

foi autorizado a funcionar pelo Decreto Presidencial nº69.786, de 14/12/71. Em 8 de março de 1972, pelo decreto nº70.268, passou a denominar-se FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ–FCAP, Estabelecimento Federal de Ensino Superior, constituindo-se unidade isolada, diretamente subordinada ao Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação. Posteriormente, através do Decreto nº70.686, de 07/06/72, foi transformada em autarquia de regime especial, com mesmo regime jurídico das Universidades, e, portanto, com autonomia didática, disciplinar, financeira e administrativa. Em 16 de março de 1973, o Conselho Federal de Educação aprovou parecer ao projeto de criação do curso de Medicina Veterinária na FCAP, o qual foi autorizado a funcionar através do Decreto nº72.217 de 11/5/73. No ano de 1999 foi autorizada a criação do curso de Graduação em Engenharia de Pesca com 30 vagas anuais, pela portaria MEC nº1135 de 20/07/1999 e reconhecido em 2005 pela Portaria MEC nº 3.098 de 09/09/2005. No ano de 2000 foi autorizada a criação do curso de Zootecnia com 30 vagas anuais, pela Portaria MEC nº854 de 21/06/2000 e reconhecido posteriormente pela Portaria MEC nº 3.101 de 09/09/2005.

A fase da Pós Graduação iniciou-se em 1976 quando foi implantado o primeiro curso regular de Pós Graduação "Lato Sensu", tendo formado em 17 cursos de especialização em Heveicultura, um total de 425 especialistas. Em 1984, iniciou-se o Mestrado em Agropecuária Tropical e Recursos Hídricos, área de concentração em Manejo de Solos Tropicais, recomendado pela CAPES, o qual foi reestruturado em 1994, criando-se o Programa de Pós-graduação em Agronomia com duas áreas de concentração – Solos e Nutrição Mineral de Plantas e Biologia Vegetal Tropical – e o Programa de Pós-graduação em Ciências Florestais, com área de concentração em Silvicultura e Manejo Florestal. Em março de 2001, numa parceria com a Embrapa Amazônia Oriental, iniciou o Curso de Doutorado em Ciências Agrárias com área de concentração em Sistemas Agroflorestais, recomendado pela CAPES em 2000. Em 2001, a CAPES aprovou a criação do curso de Mestrado em Botânica, em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), cuja primeira turma foi selecionada em fevereiro de 2002. Ao longo desse período, a FCAP ampliou fortemente sua interação com outras instituições como o MPEG, a UFPA, o CNPq, com a UEPA e o CEFET-PA.

De 1972 até 1997 a FCAP ofereceu 200 vagas nos concursos vestibulares anuais, sendo 100 para o curso de Agronomia, 50 para Engenharia Florestal e 50 para Medicina Veterinária. O total de vagas foi ampliado em 50% no vestibular de 1998, seguindo a política do MEC, que, em 1994, passara a alocar recursos de custeio e capital (OCC) para as IFES com base no número de alunos matriculados, no número de professores e desempenho acadêmico.

Em seus 50 anos de existência, essa instituição, a despeito de ter prestado relevantes serviços à região amazônica, destacando-se em especial a formação de milhares de profissionais de Ciências Agrárias, incluindo estrangeiros de mais de 15 países, precisava crescer para continuar sobrevivendo. A trajetória do ensino superior em Ciências Agrárias neste tempo transcorrido estimulou a comunidade universitária a apresentar à sociedade uma proposta de transformação da FCAP em UFRA (Universidade Federal Rural da Amazônia). O pedido de transformação foi sancionado pelo Presidente da República através da Lei 10.611, de 23 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União em 24/12/2002. Dessa forma, a UFRA avançou em suas conquistas durante seu processo de transformação de tal maneira, que tem hoje, em cumprimento ao que exige a legislação, ESTATUTO, REGIMENTO GERAL E PLANO ESTRATÉGICO, concebidos a partir de processos democráticos e participativos, registrando na história desta universidade, um modo cidadão de governar.

A UFRA é constituída de quatro Institutos Temáticos, que são as unidades responsáveis pela execução do ensino, da pesquisa e da extensão e tem caráter inter, multi e transdisciplinar em áreas do conhecimento. São eles: a) Instituto de Ciências Agrárias; b) Instituto de Saúde e Produção Animal; c) Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos e d) Instituto Ciberespacial. Os institutos são constituídos por docentes, técnico-administrativos e discentes que nele exercem suas atividades. Cada um dos institutos citados atua em funções relacionadas a seus campos do saber e compactuam entre si o objetivo de ensino, pesquisa e extensão.

A UFRA conta ainda com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (FUNPEA), Pessoa Jurídica de Direito Privado, gozando de autonomia patrimonial, financeira e administrativa nos termos da lei e que tem como objetivo apoiar e estimular programas de desenvolvimento sustentado e proteção ao meio ambiente. Fundada em 20 de março de 1997, com sede e foro na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, podendo por deliberação do Conselho Curador, estabelecer-se em torno do território nacional.

Seguindo o planejamento de expansão proposto pela UFRA foram criados quatro campi fora de sede com a adição de mais quatro novos cursos de graduação. São os campi de Paragominas (Agronomia – autorizado pela Portaria MEC nº 945 de 04/08/2008), de Capitão Poço (Agronomia – autorizado pela Portaria MEC nº 945 de 04/08/2008), de Santarém (Engenharia Florestal – autorizado pela Portaria MEC nº 945 de 04/08/2008) e de Parauapebas (Zootecnia – autorizado pela Portaria MEC nº 257 de 24/03/2009). Todos estes cursos estarão

entrando com o pedido de reconhecimento ao longo do ano de 2009 e 2010. No campus sede começaram a funcionar os cursos de Informática Agrária e Licenciatura em Computação no ano de 2009.

Como principal instituição na região a oferecer educação de terceiro grau na área de Ciências Agrárias (Agronomia, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Engenharia de Pesca e Zootecnia), a UFRA tem um papel a desempenhar no que concerne ao desenvolvimento e implementação de políticas que respondam à demanda da sociedade no setor agrário. Efetivamente, como mão-de-obra qualificada, os diplomados da UFRA são bem representados nas instituições amazônicas de agricultura e ambiente, incluindo órgãos federais, estaduais, municipais e ONGs. Do momento de sua criação até os dias de hoje, em razão da demanda dos estudantes pelas novas habilidades e conhecimentos, a Instituição se aprimorou em estrutura, em renovação curricular e em recursos humanos, todavia, ainda precisa alcançar patamares nunca antes almejados e para isso precisa está sempre se atualizando.

A localização geográfica da UFRA na Amazônia, com o imenso espaço físico representado por seus campi, por si só, representa um excelente “marketing” institucional, que, associado à interiorização que vem ocorrendo e a uma maior interação com seus ex-alunos permitiriam uma percepção mais abrangente da instituição. Isso poderia resultar numa ampliação das parcerias com outras entidades e uma maior captação de recursos, formando um profissional de melhor qualidade para atender as demandas na área de Ciências Agrárias. Este atendimento exige uma UFRA fortalecida com um nível elevado de satisfação de seus funcionários, tanto os docentes como os técnicos administrativos. Para garantir a sua atuação emergente e o seu bem-estar, é preciso continuar mudando e acreditando na força e na capacidade de se adaptar, inovar e intensificar o seu papel como UNIVERSIDADE.

2.3. Objetivos da instituição

O PDI da UFRA, assim como o processo decisório e a execução de ações, deverão se pautar em diretrizes básicas para o período de vigência de 2010 a 2014, fundamentadas na missão institucional e nos seus objetivos.

2.3.1. Descrição e dos objetivos

Objetivo 1 - Ampliar o papel da UFRA no desenvolvimento social e econômico local, regional e nacional.

- Abertura de novos cursos no interior.
- Participação nos Fóruns Regionais e Nacionais de Ensino Superior através de suas unidades administrativas (pró-reitorias, institutos e coordenadorias).
- Inclusão da informação através do programa de Extensão da UFRA nos diferentes meios sociais.

Objetivo 2 - Ampliar o espaço para comunicação da UFRA com a sociedade, particularmente nos campos da cultura, saúde e educação.

- Dirigir suas funções acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão para o atendimento a demandas sociais.
- Buscar indicadores para identificar as demandas sociais.
- Fazer parte, em nível nacional e local, de fóruns de discussão e definição de políticas públicas no âmbito da inclusão social e da produção e difusão da ciência.
- Concretizar parcerias com órgãos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento de programas de interesse mútuo e de impacto social.

Objetivo 3 - Assegurar alocações de recursos governamentais

- Através da articulação das representações da UFRA nos diversos conselhos, comitês e (ou) organizações de fomentos a projetos acadêmicos.

Objetivo 4 - Otimizar os recursos infra-estruturais, materiais e financeiros

- Implementação de estratégias para utilização plena da capacidade instalada da UFRA.

Objetivo 5 - Fortalecer a atuação dos órgãos colegiados superiores da UFRA na definição das macropolíticas institucionais.

- Participação em oficinas de trabalho de discussão de política de gestão e alcance das metas determinadas pelo planejamento institucional.
- Ações para diminuir resistência a novas implementações de funcionamento e intensificação dos conhecimentos que regem o bem estar administrativo da IES.
- Promover revisão, atualização e implantação dos instrumentos normativos da UFRA, de modo a favorecer o alcance de um novo patamar de qualidade no exercício de suas funções acadêmicas e a democracia interna da instituição.
- Ampliar a autonomia interna da UFRA, mediante descentralização da gestão e o fortalecimento da autonomia e da capacidade de gestão acadêmica e administrativa das Unidades.
- Implementar políticas facilitadoras da integração física entre unidades, propiciando a circulação da comunidade acadêmica intra e inter-campi.

Objetivo 6 - Estabelecer uma política de desenvolvimento de pessoas que considere a essencialidade dos trabalhadores técnico-administrativos e docentes para o cumprimento das atividades-fim da instituição.

- Criação, adequação e implementação dos planos de carreira para os funcionários técnico-administrativos e docentes.
- Implementação de sistema de avaliação por mérito para melhor distribuição da mão-de-obra.

Objetivo 7 - Implementar uma política de apoio ao corpo estudantil.

- Basear-se-á em igualdade e justiça, incluindo ações nos âmbitos social, acadêmico e cultural.

Objetivo 8 - Promover a melhoria da qualidade do ensino na UFRA, em todos os níveis.

- Implementar políticas acadêmicas de integração do ensino, da pesquisa e da extensão através de programas que envolvam, de forma indissociável, a produção e a socialização do conhecimento à formação dos alunos.
- Promover a melhoria da qualidade do ensino na UFRA, em todos os níveis.
- Ampliar e diversificar as atividades e ensino na UFRA em níveis de graduação, de pós-graduação ou de extensão, com a oferta de cursos a distância ou semipresenciais e de cursos sequenciais.

- Ampliar o acesso à Universidade de grupos sociais tradicionalmente excluídos.
- Programa de cotas

Objetivo 9 - Fortalecer a pesquisa.

- Pelo incentivo ao desenvolvimento de programas inovadores.
- Pelo intercâmbio com instituições nacionais e internacionais, a crescente qualificação de pesquisadores e grupos de pesquisa, bem como a divulgação do conhecimento produzido.

Objetivo 10 - Consolidar a extensão universitária como interface da universidade com segmentos da sociedade e como espaço pedagógico de formação.

Objetivo 10 - Implementar uma política de democratização da informação.

- Por meio do fortalecimento de um sistema qualificado de bibliotecas e de acesso ampliado a redes e bancos de dados existentes e potencialmente disponíveis.

Objetivo 11 - Fomentar a realização de atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer.

- Reforma o centro esportivo da UFRA.
- Alocar recursos para aquisição de equipamentos necessários ao desenvolvimento de atividades esportivas.
- Resgatar a história da UFRA através de eventos culturais, principalmente nas datas comemorativas.
- Desenvolver programas com ações esportivas com a comunidade adjacente.

Objetivo 12 - Implementar um novo modelo organizacional da UFRA.

- Fazer cumprir o organograma vigente da UFRA respeitando a hierarquia e delimitando as funções específicas.
- Interiorização das ações de ensino, pesquisa e extensão, com a consolidação de campi avançados já existentes nos municípios paraenses dando autonomia administrativa e acadêmica aos campi fora de sede em acordo com a legislação vigente.

2.4. Área de atuação acadêmica

A Universidade Federal Rural da Amazônia atua nas diversas áreas da formação profissional considerando mais especificamente a formação em Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Ciências da Computação.

A área de atuação desta Instituição de ensino superior está distribuída da seguinte forma:

a. No ensino de graduação

Cursos/Habilitação	Ato de autorização	Nº vagas/turno	Reconhecido
Agronomia/Belém	Decreto Lei - 8290 de 05/12/1945	150/integral	Decreto Lei. 8290 de 05/12/1945
Medicina Veterinária/Belém	Decreto Federal - 72217 de 11/05/1973	80/integral	Decreto Federal 82537 de 01/11/1978 – Renovação: Portaria Sesu/MEC: 775 de 07/11/2008
Engenharia Florestal/Belém	Decreto Federal - 69786 de 14/12/1971	105/integral	Decreto Federal - 80030 de 27/07/1977
Zootecnia/Belém	Portaria 854 de 21/06/2000	50/integral	Portaria 3.101 de 09/09/2005
Engenharia de Pesca/Belém	Portaria 1135 de 20/07/1999	50/integral	Portaria 3.098 de 09/09/2005
Agronomia/Capitão Poço	Portaria 945 de 04/08/2008 Despacho 116/2008 CES/CNE	30/Integral	
Engenharia Florestal/Santarém	Portaria 945 de 04/08/2008 Despacho 116/2008 CES/CNE	30/integral	
Zootecnia/Parauapebas	Portaria 257 de 24/03/2009	30/integral	
Agronomia/Paragominas	Portaria 945 de 04/08/2008 Despacho 116/2008 CES/CNE	50/integral	
Licenciatura em Computação	Autorização com autonomia	50/noturno	
Bacharelado em Ciências Agrárias	Autorização com autonomia	50/noturno	

b. No ensino de pós-graduação

- Curso de Mestrado em Agronomia - Homologado pelo CNE (Portaria MEC 524, DOU 30/04/2008 - Parecer CES/CNE 33/2008 , 29/04/2008)
- Curso de Mestrado em Ciências Florestais - Homologado pelo CNE (Portaria MEC 524, DOU 30/04/2008 - Parecer CES/CNE 33/2008 , 29/04/2008)

- Curso de Mestrado em Botânica - Homologado pelo CNE (Portaria MEC 524, DOU 30/04/2008 - Parecer CES/CNE 33/2008 , 29/04/2008)
- Curso de Mestrado em Saúde e Produção Animal na Amazônia – Recomendação do CTC/Capes
- Curso de Mestrado em Aquicultura e Recursos Aquáticos Tropicais - Homologado pelo CNE (Portaria MEC 970, DOU 13/10/2009 - Parecer CES/CNE 253/2009 , 02/09/2009)
- Curso de Doutorado em Ciências Agrárias - Homologado pelo CNE (Portaria MEC 524, DOU 30/04/2008 - Parecer CES/CNE 33/2008 , 29/04/2008)

Campi e Unidades fora da sede:

1. Fazenda Escola de Igarapé Açú – FEIGA
2. Estação Experimental de Piscicultura de Água Doce - Castanhal
3. Estação Experimental de Benfica
4. Estação Experimental de Cuiarana
5. Campus de Parauapebas
6. Campus de Capitão Poço
7. Campus de Paragominas

3. Projeto pedagógico institucional

Os cursos de graduação da UFRA possuem seus projetos pedagógicos com prioridade acadêmica voltada para o acompanhamento da flexibilização curricular que será implantada a partir de 2010, buscando a melhoria de ensino. A Universidade está atenta ao processo contínuo de mudanças que ocorre na sociedade e consciente do seu papel institucional na formação do cidadão.

Objetivando cumprir o que foi definido pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), e também seguindo algumas observações e atendimentos do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), todos os projetos pedagógicos dos cursos estarão sendo constantemente revisados por uma comissão própria a ser criada como unidade de apoio dentro da PROEN, seguindo as orientações vigentes do Ministério da Educação.

Especificamente, as diretrizes da PROEN estão centradas na redução das vagas ociosas, na redução da evasão, na expansão da oferta de vaga na graduação, assegurando uma base real de qualidade, promoção de estudos que apontem alternativas para criação de novos cursos, priorizando cursos noturnos e habilitações que envolvam as unidades e promovam a inter e a transdisciplinaridade. Objetiva-se a prática da pesquisa, como princípio formativo para a construção do conhecimento, com ênfase no ensino de graduação, avaliação dos cursos de graduação em funcionamento na UFRA, elaboração do MANUAL DOCENTE, com informações relevantes sobre normas acadêmicas, prazos, direitos e deveres de docentes e discentes, assessoramento didático-pedagógico a discentes e docentes, com vistas à melhoria do processo ensino-aprendizagem, através de ações do **Apóio Pedagógico**.

No plano de metas da PROEN, busca-se o aperfeiçoamento e a melhoria das condições de ensino através de ações objetivando o aprimoramento do trabalho docente, ampliações e melhoria das condições de infraestrutura e ambiência das salas de aula e laboratórios, racionalização do uso dos espaços físicos disponíveis, expansão do programa de incentivo à produção de materiais didáticos, implantação de acesso a modernas tecnologias, criando programas que estimulem o uso de vídeo conferência e outras ações, implantação de programas que objetivem a formação interdisciplinar e o trabalho em equipe, capacitação da equipe de trabalho e docentes, oferecendo oportunidades de atualização, garantindo assim, qualidade e confiabilidade na prestação de serviços.

Os projetos pedagógicos dos cursos de graduação estão sistematizados por curso, estabelecendo diretrizes pedagógicas e condução da atual estrutura curricular em funcionamento. Entre os principais componentes de cada projeto, destacam-se a justificativa social e institucional, objetivos do curso, perfil profissional, áreas de atuação, qualificação e capacitação do corpo docente, estrutura curricular, atividades curriculares e extracurriculares, infraestrutura acadêmica e logística, estágios orientados e supervisionados, política de aperfeiçoamento e qualificação dos recursos humanos envolvidos, entre outras diretrizes.

Em se tratando de pós-graduação da UFRA a mesma deve possuir uma política de compromisso público e institucional, que pretende promover a articulação de parcerias interinstitucionais visando à institucionalização de diferentes formas de cooperação científica e tecnológica entre os programas de pós-graduação, promover ações de natureza estratégica com propósito de dar continuidade ao programa de qualificação de docentes e aprimorar o sistema de informação gerencial da pós-graduação. A promoção de ações pedagógicas que priorizem a integração entre a graduação e a pós graduação em todas as suas modalidades faz parte da

política da PROEN, além de facilitar o acesso ao conhecimento científico, tecnológico e cultural historicamente construído pela instituição e outros centros de pesquisa e estimular a criação de grupos de pesquisas, interagindo o corpo discente e docente dos programas de pós-graduação da UFRA.

3.1. A inserção Regional

É preciso que o profissional formado na UFRA tenha a percepção exata das questões científicas e técnicas dos contextos econômicos e sociais com os quais vai se deparar no exercício profissional. Ele será o agente técnico que irá atuar junto ao homem amazônico com o objetivo de aprimorar sua produtividade e melhor adequar sua relação com os ambientes naturais. A presente atualidade exige do profissional além da competência adquirida nos cursos da Universidade, a capacidade de absorver e repassar as inovações no seu campo de atuação e a flexibilidade intelectual que o conduza ao entendimento rápido das mudanças que, continuamente, se operam nas áreas do conhecimento.

As competências e habilidades dos profissionais das Ciências Agrônômicas, Medicina Veterinária, Zootecnia, Engenharia de Pesca e Engenharia Florestal devem, portanto, estar dirigidas à realidade regional a partir de uma estrutura curricular aberta e plural. Os conteúdos por disciplina devem contemplar uma experiência de aprendizado que garanta um elevado grau de correspondência com o perfil desejado para o formando, tendo como suporte uma base comum de formação e a partir dela a complementação de conhecimentos necessários à qualificação profissional. A estrutura curricular, plural e aberta às interconexões de conhecimentos na área de estudo moldam o perfil do formando, oferecendo-lhe alternativas de direcionamento profissional.

O desenvolvimento sustentado só poderá ser alcançado à medida que a ação produtiva e extrativa possa se compatibilizar com os ritmos de desenvolvimento dos ambientes florestais e das dinâmicas próprias dos recursos renováveis. A grande riqueza da Amazônia, mineral e biológica pode ser racionalmente explorada desde que a ela sejam agregadas técnicas de melhoria da produtividade, respeitando os limites da estabilidade ecossistêmica. Contudo, a aplicação de novas tecnologias dependerá, em muito, da formação adequada dos profissionais das grandes áreas do conhecimento voltadas à realidade da Amazônia. Nesse sentido a UFRA deverá dar grande contribuição.

A UFRA deseja desenvolver uma forma pela qual ela possa preencher suas obrigações de extensão para atender as necessidades da economia rural da Amazônia, tendo um importante papel a desempenhar na transferência de tecnologia e conhecimento na região, particularmente com ênfase em assuntos rurais e no potencial de apoio a pequenas empresas rurais, além da capacidade de outras universidades na área. Muitos grupos pequenos estão envolvidos em projetos de extensão na instituição, mas estes precisam ser adequadamente incorporados e reconhecidos como uma função nuclear de educação superior, em todos os institutos.

O contato do estudante com a realidade amazônica deverá torná-lo sensível para os problemas sociais existentes e criará vínculos com os setores empresariais e governamentais e outros com interesse na Amazônia, permitindo a identificação de problemas a serem solucionados pela pesquisa na UFRA.

A educação superior possui um importante papel de desenvolvimento social que possibilita oportunidades educacionais e de melhoria de vida a serem fornecidos a pessoas de todos os níveis e modos de vida. Isto pode ser atingido de duas maneiras. A primeira é fornecer meios pelos quais pessoas socialmente carentes possam ter acesso a educação superior e se desenvolvam, entrando no mercado de trabalho, com isso gerando benefício social e econômico. A segunda é assegurar que aqueles que estiverem empregados sejam capazes de se manterem e atualizarem seus conhecimentos e habilidades durante sua vida profissional. Encaradas com rápido desenvolvimento tecnológico e um crescimento exponencial no conhecimento, as oportunidades de atualização podem ser fornecidas por instituições de ensino superior para ajudar a manter a competitividade comercial e crescimento econômico.

Essa participação mais ampla significa permitir que a UFRA, através de suas ações, seja capaz de alcançar grupos minoritários. Entretanto, a UFRA enquanto universidade é obrigada a atender a toda sociedade. Ainda que se discuta quanto à carência por parte dos grupos minoritários, não há como excluir o trabalho em relação aos demais grupos. Porém, essa inclusão permitirá um efeito positivo nos grupos minoritários, pois quanto maior for a visão dos formandos da UFRA em relação à realidade amazônica com seus aspectos econômicos e sociais mais sensíveis, eles se manterão ligados às causas sociais e maiores poderão ser suas ações em relação aos aspectos de desigualdades sociais, independente do local aonde esses futuros profissionais venham a atuar.

A UFRA oferecerá oportunidades através dos campi de Parauapebas, Capitão Poço e Paragominas para ampliar o acesso à educação superior das áreas rurais mais carentes, e

continuará trabalhando com a mesma meta em seu campus em Belém, continuando com a inclusão de reserva de vagas para alunos procedentes do ensino público nos processos seletivos futuros. Essa ação é mais abrangente que a proposta de reforma universitária, em discussão, que estabelece uma quota de 50% para esses alunos. Além disso, a UFRA estará se adequando aos novos sistemas de ingresso acionados pelo Ministério da Educação, como por exemplo, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

As atividades de extensão precisam estar mais relacionadas às necessidades das comunidades rurais atendidas pela UFRA, de forma que aqueles que estiverem trabalhando em empreendimentos rurais de pequena escala tenham a oportunidade de ter uma educação de nível superior, que não seja somente por meio de cursos de desenvolvimento de habilidades. A UFRA estabelecerá, através do seu programa de extensão comunitária, atividades específicas para apoiar os empreendimentos rurais de pequena escala; o apoio será fornecido de forma sustentável para que o desenvolvimento aconteça através da aplicação de aprendizado, não só em termos de ciência e tecnologia, mas também em habilidades comerciais básicas.

3.2. Princípios filosóficos e teórico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas da instituição

O processo de desenvolvimento curricular será construído mediante a observação dos seguintes princípios:

- A interdisciplinaridade como princípio didático – interpretação da realidade tendo em vista a multiplicidade de leituras, modelo interacional de conhecimento que consiste na observação dos fatos e fenômenos sob vários olhares.
- A flexibilidade na estrutura curricular – compreensão de que o curso é um percurso que deverá ser construído considerando os saberes e conteúdos da vivência e experiência do aluno na busca ativa pelo conhecimento;
- A ética como tema transversal – será considerada como eixo norteador do currículo, como eixo transversal, estimulando o eterno pensar, refletir, construir. É importante a problematização dos valores morais no contexto institucional para a adoção do conjunto de princípio e padrões de conduta ética e superação de uma ética individualista e competitiva com vistas a construção de uma sociedade cada vez mais humana;
- Compreensão da diversidade cultural e pluralidade dos indivíduos - Aceitar a dimensão singular do homem e sua multiplicidade interior;

- Sólida preparação do profissional para o exercício da prática do trabalho, da cidadania e da vida cultural.
- Compreensão da graduação como etapa inicial no processo de formação continuada, a ser consolidado através do ensino, da pesquisa e da extensão.
- Capacitação Profissional e Avaliação Permanente – o processo de reestruturação curricular deverá estar associado à um programa de capacitação docente e à um projeto de auto-avaliação institucional.

4. Política de Ensino

A UFRA na sua política de ensino deseja atingir os seguintes objetivos gerais:

- Ampliar o universo de atividades nas diversas frentes de atuação, através de métodos inovadores de participação na aprendizagem;
- Desenvolver e implantar um programa de educação a distância;
- Relacionar as ações acadêmicas direta ou indiretamente aos problemas sociais básicos;
- Incentivar o trabalho interdisciplinar através da pluralidade de conhecimentos;
- Desenvolver estudos voltados à integração dos diferentes níveis educacionais;
- Desenvolver estudos transdisciplinares que favoreçam a criação e a inovação no ambiente acadêmico;
- Estimular o desenvolvimento de ações relativas à educação inclusiva - A Educação Inclusiva atenta a diversidade inerente à espécie humana, busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Prática pedagógica coletiva, multifacetada, dinâmica e flexível requer mudanças significativas na estrutura e no funcionamento universidade, na formação humana dos professores e nas relações familiares. Com força transformadora, a educação inclusiva aponta para uma sociedade inclusiva.

A política de ensino na UFRA, baseada no seu Plano Pedagógico Institucional (PPI), entende que currículo é todo o conjunto de experiências de aprendizado que o estudante incorpora durante o processo participativo de desenvolver na universidade, sendo, portanto, um programa de estudos coerentemente agregado, fez com que fosse estabelecido uma estrutura

curricular desenvolvida em ciclos sequenciais, onde possa ser ampliada a visão do estudante em função da aquisição de competências e habilidades, construídas através dos saberes teóricos/práticos/experienciais adquiridos. Nos ciclos curriculares serão desenvolvidas disciplinas e/ ou módulos integrados de conhecimentos, visando o tratamento interdisciplinar dos conteúdos acadêmicos. Cada ciclo culminará com a realização de Seminários Integrados onde serão abordados os temas transversais desenvolvidos a partir dos eixos temáticos estudados. A matriz curricular desenvolvida em módulos é inspirada nos preceitos da interdisciplinaridade. Os módulos "são caracterizados por assuntos interdisciplinares integrados, e deverão ser trabalhados em conjunto pelos professores envolvidos com os temas".

O Estágio Acadêmico Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) serão componentes curriculares obrigatórios e serão desenvolvidos em consonância com as linhas de ensino/pesquisa/extensão definidas em cada curso. As atividades curriculares serão flexibilizadas e o estudante, como elemento responsável pela composição de seu percurso acadêmico, enriquecerá seu currículo com atividades independentes que, aprovadas pelo colegiado competente, serão integralizadas em seu histórico escolar.

O Currículo será organizado em três ciclos de desenvolvimento conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1 – Ciclos de desenvolvimento curriculares

Ciclo	Conteúdos	Descrição
Ciclo de Fundamentação (1º e 2º semestre)	Fundamentos dos cursos para a construção de uma linguagem comum	Atividades que trabalhem a linguagem, criticidade, criatividade, habilidades formativas.
Ciclo de Desenvolvimento Profissional (3º ao 6º semestre)	Contato com os problemas reais para integrar aspectos teóricos e práticos da atividade profissional.	Atividades de baixa e média complexidade explorando conteúdos básicos e profissionais do curso.
Ciclo de Sedimentação Profissional (Últimos semestres)	Onde o aluno irá completar o ciclo de graduação com a apresentação do TCC.	Atividades que completem a formação profissional.

Ao final do Ciclo de Fundamentação o aluno deverá:

- Demonstrar conhecimento dos princípios básicos e práticas do modulo;
- Relacionar as teorias relevantes com o conhecimento a ser construído; Aplicar, sob orientação, o conhecimento adquirido em novas situações;
- Coletar e avaliar informações de uma variedade de fontes;

- Comunicar-se clara e concisamente no estilo adequado;
- Utilizar de forma eficaz a tecnologia de informação e comunicação;
- Manipular e interpretar conjuntos de dados e apresentá-los em um formato técnico-científico;
- Assumir responsabilidade pela natureza e qualidade do trabalho produzido.

Ao final do Ciclo de Desenvolvimento Profissional:

- Demonstrar familiaridade com princípios e práticas em um amplo campo de estudo;
- Testar a confiabilidade de dados estatísticos, avaliar a sua significância e apresentá-los em formato adequado;
- Demonstrar consciência sobre a natureza provisória do conhecimento e teorias; Demonstrar várias habilidades pessoais necessárias na vida profissional;
- Gerar ideias através da análise de situações;
- Selecionar e aplicar conhecimentos, princípios e habilidades para resolver problemas bem definidos, sob supervisão;
- Demonstrar consciência dos problemas enfrentados pelas comunidades e ambiente rural.

Ao final do Ciclo de Sedimentação Profissional:

- Utilizar eficientemente a tecnologia de informação e da comunicação;
- Comunicar-se eficientemente com pessoas de todos os setores da sociedade sobre assuntos técnicos e de outra natureza;
- Demonstrar habilidades necessárias para o aprendizado continuado;
- Demonstrar, de forma confiante, conhecimento profissional e habilidades técnicas relevantes às necessidades locais, regionais e nacionais;
- Utilizar habilidades interpessoais e adotar uma atitude ética tanto em trabalho de grupo quanto na gestão de indivíduos e grupos;
- Aplicar independentemente conhecimento, princípios e habilidades à análise, avaliação e solução de problemas complexos e imprevisíveis;
- Assumir a responsabilidade de trabalhar com todos os segmentos sociais; para o desenvolvimento da região e a diminuição da pobreza;
- Administrar de forma eficiente agronegócios;

- Planejar, executar e avaliar trabalhos de pesquisa ou desenvolvimento;

O desenvolvimento do currículo será feito através de disciplinas e/ou módulos integrados (eixos temáticos) por conteúdos afins, desenvolvidos ao longo do semestre letivo, definindo o regime didático semi-modular. Para organização dos eixos, deverá ser obedecida a formação de núcleos dos saberes assim descritos: **Núcleo de Estudos Básicos (NFE)** - conjunto de atividades acadêmicas curriculares obrigatórias, que definem a identidade do curso, caracterizando a base de formação do profissional. **Núcleo de Estudos Essenciais (NEE)** – conjunto de atividades acadêmicas necessárias à formação do profissional. Poderão ter caráter obrigatório ou optativo, neste caso, um elenco de atividades deverá ser apresentado para a escolha do estudante. **Núcleo de Estudos Profissionais Específicos** - conjunto de atividades acadêmicas que correspondem à composição feita pelo estudante de acordo com a sua opção curricular pessoal, com a identidade regional, sob controle acadêmico da coordenação do curso.

Além da política de ensino adotada acima, será incluído as atividades acadêmicas complementares (integra as diretrizes curriculares dos cursos de graduação). As atividades acadêmicas complementares são aquelas relevantes para que o estudante adquira o saber e as habilidades necessárias à sua formação, abordando novos ou diferentes campos de estudo a serem escolhidos livremente pelo aluno, completando a carga horária pré estabelecida para este fim. Elas permitem que o estudante possa imprimir seu próprio ritmo e construir seu projeto pessoal dentro do curso escolhido.

Poderão existir os seguintes tipos de atividades acadêmicas complementares:

- I. Atividades de iniciação à docência, à pesquisa ou à extensão;
- II. Atividades à distância;
- III. Discussões temáticas;
- IV. Elaboração de monografia;
- V. Estágio extracurricular;
- VI. Participação em eventos;
- VII. Seminários extracurriculares;
- VIII. Vivência profissional;
- IX. Outras, consideradas pelo Colegiado, relevantes para a formação do aluno,

Os Colegiados de Cursos têm a responsabilidade de definir o total de carga horária que será contabilizada para cada atividade acadêmica complementar, sujeito à aprovação do CONSEPE.

4.1. Metas e ações para a política de ensino

- ↪ Programa de ação continuada em EaD
 - a. Implantar os 20% nos cursos de graduação segundo consta na portaria nº 4.059 de 10 de dezembro de 2004.
- ↪ Ampliação do acesso aos cursos de graduação – a partir de 2010
 - a. *Aumentar vagas nos cursos de graduação numa média de 100 vagas anuais.*
 - b. *Incluir novas metodologias de entrada no concurso vestibular – até 2011.*
 - c. *Ocupar, no mínimo, 80% das vagas residuais (ociosas) nos cursos de graduação através de concursos especiais - a partir de 2010.*
- ↪ Aproveitamento dos candidatos aprovados no ENEM – a partir de 2011
 - a. *Alcançar um valor mínimo de 50% de preenchimento das vagas do vestibular com candidatos aprovados pelo ENEM.*
- ↪ Criação de novos Campi – a partir de 2011
 - a. *Serão criados 5 campi fora de sede, espalhados por diversas regiões do país, iniciando em 2011 e finalizando em 2020.*
- ↪ Criação de novos cursos de graduação dentro e fora de sede – 2010 e 2011
 - a. *Implantar novos cursos de graduação a cada ano a partir de 2010 e pela vigência deste PDI, seguindo o cronograma do Plano REUNI e o Plano Nacional da Educação proposto para a UFRA.*
 - b. *Oferecer 4 curso (s) de graduação à distância até o ano de 2014*
- ↪ Reformulação curricular dos cursos de graduação e implantação – no ano 2010 e 2011
 - a. *Fortalecer o modelo de formação pedagógica para os cursos de licenciatura a partir do ano de 2010.*
 - b. *Aplicar o estágio supervisionado obrigatório em todos os cursos até 2011.*
- ↪ Melhoria e avaliação do ensino de graduação – a partir de 2010

- a. *Institucionalizar um processo de auto-avaliação se não em todos ao menos em 50% das unidades da UFRA, até 2012.*
- b. *Qualificação de recursos humanos que atuam na graduação – a partir de 2010.*
- c. *Aperfeiçoamento do processo de planejamento acadêmico – a partir de 2010.*
- d. *Otimização do sistema de informação acadêmico através da implantação do módulo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) – a partir de 2011.*
- e. *Aumentar em no mínimo 20% o número de bolsas de monitoria até o ano de 2014.*
- f. *Oferecer, em parceria com as escolas de pedagogia, no mínimo, uma atividade de atualização pedagógica anual para professores da UFRA, a partir de 2011.*
- g. *Oferecer atividades periódicas de atualizações para servidores da PROEN a partir de 2010.*
- h. *Implantar, progressivamente, a matrícula on-line para um patamar mínimo de 90%, até o final de 2011.*
- i. *Implantar o sistema de inscrição semestral on-line em componentes curriculares (disciplinas e/ou eixos temáticos), a partir de 2011.*
- j. *Acompanhar regularmente o funcionamento dos grupos PET (Programa Especial de Treinamento), a partir de 2011.*
- k. *Atender os critérios de qualidade do Sistema de Avaliação da Educação Superior em relação à Organização Didático-Pedagógica e Corpo Docente – a partir de 2010.*
- l. *Organizar uma base de dados sobre os cursos de graduação da UFRA, até o início de 2011.*
- m. *Publicar catálogo atualizado dos cursos de graduação da UFRA, até o final de 2010.*
- n. *Aquisição de novos livros aumentando o acervo em mais de 40% até o ano de 2012.*

4.2. Expansão em acordo com a política de ensino

Execução da proposta de Reestruturação e Expansão da UFRA vinculada ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Decreto nº. 6.096 de 24 de abril de 2007, com o objetivo de “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas Universidades Federais”. Por meio do REUNI, a UFRA ampliou, no ano de 2008, seu quadro permanente de pessoal. Foram realizados concursos públicos, que viabilizaram a contratação de técnico-administrativos e docentes. As contratações se fizeram necessárias para comportar as novas demandas institucionais que ocorrerão em função da ampliação de número de cursos de graduação na Universidade, no período de 2010 a 2012, conforme o quadro 2.

O plano de expansão da UFRA dentro do Estado do Pará, baseado no seu projeto definido no Plano Nacional de Educação (PNE) para os próximos anos começa a partir de 2011 e, portanto, abrange este PDI, quando está definido no mesmo a criação do Campus de Capanema com o início do Curso de Graduação em Agronomia (modalidade Bacharelado). Maiores detalhes sobre a expansão para novos cursos da UFRA podem ser encontradas no PROGRAMA DE EXPANSÃO 2011 – 2020 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.

Quadro 2 – Novos cursos a serem oferecidos na sede e fora de sede.

Curso Novo	2010	2011	2012	2013	2014
Engenharia Ambiental – Belém – diurno	X				
Engenharia Florestal – Paragominas – diurno		X			
Agronomia – Parauapebas – diurno	X				
Engenharia Florestal – Parauapebas – diurno		X			
Agronomia – Paragominas	X				
Agronomia (Bacharelado) – Capanema*			X		
Ciências Biológicas (Licenciatura) – Belém*				X	
Ciências Biológicas (Bacharelado) – Belém*				X	
Gestão em Empreendedorismo – Belém*					X
Engenharia de produção - noturno		X			
Engenharia de Agrimensura e Cartográfica – diurno		X			
Bacharelado em Ciência e Tecnologia – noturno		X			
Gestão em Empreendedorismo – Capanema*					X
Informática (Bacharelado) – Capanema*			X		

Computação (Licenciatura) – Capanema*	X
Ciências biológicas (licenciatura) – Capanema*	X
Informática (Bacharelado) – Cametá*	X
Informática (Bacharelado) – Tomé Açú*	X
Computação (Licenciatura) – Tomé Açú*	X
Informática (Bacharelado) – Tucuruí*	X
Computação (Licenciatura) – Tucuruí*	X
Aquicultura (Bacharelado) – Tucuruí*	X

*Presente no Projeto de Expansão da UFRA – PNE 2011 a 2020.

4.3. Biblioteca

Dentro do organograma funcional da UFRA a Biblioteca está ligada à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), portanto, deverá estar relacionada ao programa político desta Pró-Reitoria no que diz respeito à aquisição de títulos, revistas, periódicos e demais materiais, atendendo às novas formulações dos diversos campos do saber que serão implantados nos novos currículos a partir de 2010. O acervo bibliográfico de uma IFES é importante oferecer suporte permanente às atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão. Portanto, um acervo atualizado e de qualidade, bem como a sua manutenção e oferta de serviços à comunidade acadêmica é uma meta constante a ser alcançada pela Biblioteca José Tavares Vieira da Silva.

O orçamento previsto para a aquisição de novos exemplares será elevado a cada ano, efetivando-se no planejamento orçamentário um aumento suplementar conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1 – Projeção orçamentária para aquisição de exemplares para a Biblioteca do Campus Sede e Fora de Sede.

ANO	VALOR	AUMENTO PERCENTUAL
2011	R\$ 350.000,00	60%
2012	R\$ 400.000,00	20%
2013	R\$ 480.000,00	15%
2014	R\$ 552.000,00	15%

De um total de aproximadamente 22 mil exemplares catalogados até o ano de 2009, a UFRA espera ao longo de vigência deste PDI adquirir cerca de mais 10 mil exemplares, o que seria um aumento de mais de 40%.

Este aumento de exemplares irá ocorrer principalmente em razão dos novos cursos em funcionamento, assim como as novas bibliotecas setoriais que serão criadas nos campi fora de sede. Para atingirmos este objetivo teremos que seguir algumas ações:

- ✓ Maior cobrança sobre os coordenadores de curso sobre as necessidades de livros para os respectivos cursos – 2010
- ✓ Um canal direto de comunicação entre o professor e a biblioteca através de uma coleta de informações sobre as necessidades para novas aquisições – 2010
- ✓ Maior transparência na aquisição de exemplares mostrando a importância do professor na indicação dos títulos necessários para o atendimento do plano de disciplina – 2010
- ✓ Buscar maior aporte de recursos para a aquisição de mais exemplares – todos os anos.

Com isso esperamos que a UFRA consiga garantir um ensino de qualidade e que todos os cursos sejam beneficiados, fora e dentro da sede.

4.4. Inovações

Em 2010 com a implantação dos novos currículos haverá uma modificação no sistema de ensino da UFRA com a abordagem de um programa modular baseado em eixos temáticos com estruturas adicionadas ao longo do curso como: seminário integrado, estágio supervisionado obrigatório, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares. Espera-se com a inovação dos currículos dar novo estímulo aos cursos de graduação reduzindo o número de desistências e formando o profissional em tempo hábil sem prejuízo para o sistema ou para a transformação do estudante.

Espera-se também firmar parceria com as unidades de ensino básico com intuito de promover os valores da Instituição prevalecendo a sua formação em Ciências Agrárias e intensificando a importância destas importantes atividades no desenvolvimento da Região, além de esclarecer os benefícios profissionais na escolha destas profissões (Agronomia, Zootecnia, Medicina Veterinária, etc.). Mostrar também um novo modelo de ensino baseado na interdisciplinaridade e na participação dos diversos campos do saber, além de apresentar para a sociedade os novos campos de conhecimento que a UFRA está englobando na sua formação ,como os cursos de Informática noturnos, e criar a expectativa de outros novos cursos que virão.

4.5. Política de Ensino a Distância

O Núcleo de Educação a Distância – NEAD, da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA vem ampliar as possibilidades de democratização do ensino desta Instituição, por meio do acesso aos cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão, que são ofertados pelos Institutos responsáveis pela execução do ensino, da pesquisa e da extensão, que são os seguintes: Instituto de Ciências Agrárias (ICA); Instituto da Saúde e Produção Animal (ISPA); Instituto Sócio-Ambiental e dos Recursos Hídricos (ISARH) e Instituto Ciberespacial (ICIBE).

4.5.1. Objetivos

Objetivo geral

Promover ensino, pesquisa e extensão utilizando tecnologias de informação e comunicação aplicadas à modalidade de Educação a Distância, para a ampliação e flexibilização do acesso à educação.

Objetivos específicos

Facilitar o acesso à formação a nível de Formação Continuada, Graduação e Pós-graduação, mediante a utilização das tecnologias de informação e comunicação, proporcionando um sistema de educação aberto e flexível;

Reduzir as dificuldades de acesso a educação, sejam de ordem geográfica e ou sócio-econômica;

Disponibilizar cursos de atualização e aperfeiçoamento por meio de educação a distância;

Ampliar a oferta de cursos, na busca de contribuir para a formação de profissionais qualificados em áreas do conhecimento consideradas prioritárias para o desenvolvimento social;

Promover ações que fomentem a implantação de uma cultura de utilização das tecnologias de informação e comunicação em atividades de ensino e programas de pesquisa e extensão na UFRA;

Planejar, implantar e avaliar, individual ou coletivamente, programas e projetos de Educação a Distância no âmbito da UFRA;

Participar e promover associações com outras instituições, nacionais e internacionais, objetivando estabelecer parcerias que contemplem cooperação técnica para o desenvolvimento e execução de programas e projetos de EaD.

4.5.2. Missão

Produzir e socializar conhecimento através do ensino e pesquisa, oportunizando a obtenção e geração conhecimento na modalidade de educação a distância, com qualidade, flexibilidade, e com a utilização de metodologias inovadoras e tecnologias de informação e comunicação - TIC's adequadas ao processo de ensino-aprendizagem.

Participar do planejamento e coordenar a execução das iniciativas de EaD da UFRA.

4.5.3. Diretrizes

Adequação e ampliação de uma rede de serviços de informação e comunicação para dar suporte aos projetos em EaD;

Efetivação de parcerias internas e externas para a oferta de cursos e serviços em EaD;

Oferta de cursos e desenvolvimento de projetos e programas na modalidade de EaD;

Desenvolvimento de ações que incentivem e apoiem a inserção de tecnologias de informação e comunicação na sociedade;

Desenvolvimento de produtos e serviços que atendam as demandas sociais e possibilitem a criação e socialização do conhecimento.

Estabelecimento de redes de comunicação e cooperação para o intercâmbio de informações educacionais, científicas e tecnológicas;

4.5.4. Metas

As metas estabelecidas para o Núcleo Educação a Distância são as seguintes:

Capacitar agentes para atuarem nas funções docentes e não-docentes, necessárias para a oferta de cursos à distância;

Elaborar os materiais de apoio aos alunos, docentes e demais agentes (manuais, guias, tutoriais).

Criar condições para a publicação de artigos em periódicos conceito "A" no Qualis, anualmente, envolvendo dois ou mais pesquisadores associados ao NEAD.

Iniciar trabalhos com a produção e execução de cursos de capacitação, antevendo a possibilidade de, em até um ano, oferecer cursos de Lato Sensu e até dois anos para graduação

e, em até cinco anos, Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado) obedecendo a Legislação vigente do MEC/SESu.

Garantir a participação de pelo menos um pesquisador associado em eventos de grande porte na área de EaD.

4.5.5. Valores

A Universidade Federal Rural da Amazônia está empenhada em promover o bem-estar da comunidade acadêmica: discentes, docentes, funcionários, bem como, da sociedade e dos seus parceiros. Para o alcance disto, a Instituição é guiada pelos seus valores fundamentais.

4.5.6. Excelência

A busca por excelência é o marco inicial de todas as iniciativas e soluções em EaD, a fim de nos tornarmos um referencial nesta modalidade.

4.5.7. Qualidade

A qualidade é permanente e está envolvida em todas as etapas de processos das iniciativas e soluções em EaD.

4.5.8. Flexibilidade

As iniciativas do Núcleo de Educação a Distância – NEAD devem garantir aos alunos a possibilidade de organizar de forma flexível seu estudo e sua interatividade com a comunidade virtual de seu curso. Flexibilidade esta que irá contribuir para a autonomia.

4.5.9. Acessibilidade

Desenvolver tecnologias acessíveis a diferentes tipos de usuários considerando possíveis limitações físicas, sensoriais e motoras. Desta forma a Universidade Federal Rural da Amazônia contribui para a inclusão social de pessoas com deficiência.

4.5.10. Comunidade

Fomentar o desenvolvimento de comunidades virtuais de aprendizagem, buscando facilitar a aprendizagem dos alunos e a atuação dos docentes.

4.5.11. Atividade

Oferecer aos alunos a possibilidade de participarem ativamente do processo de ensino-aprendizagem, por meio da oferta continuada de atividades individuais e em grupo, incentivando a participação e a construção de conhecimento.

4.5.12. Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico do Núcleo de Educação a Distância tem como objetivo o desenvolvimento de soluções de EaD para o atendimento de uma crescente demanda que requer um aprendizado flexível e personalizado. Para tanto, serão empregadas as tecnologias e metodologias mais avançadas hoje disponíveis no mercado e, principalmente, será incentivada a criação de metodologias e ferramentas arrojadas, especialmente formatadas para atender as demandas existentes na comunidade.

A sustentabilidade tecnológica do Núcleo de Educação a Distância da Universidade Federal Rural da Amazônia será subsidiada pela PROREITORIA DE ENSINO (PROEN), que é a Unidade administrativa responsável pela execução do ensino. Vem abarcar e dar sustentabilidade para o NEAD no seu funcionamento, na sua estrutura e na sua política de gestão. Por ser um programa institucional, terá em seu desenvolvimento ações relacionadas a todos os Institutos temáticos da UFRA.

4.5.13. Organização do Processo de Ensino-Aprendizagem: O Modelo Pedagógico do NEAD/UFRA

Para a organização do processo ensino-aprendizagem delineou-se um Modelo Pedagógico onde se tem como linhas fundamentais de ação:

- a) a diminuição da distância, por meio da construção da proximidade e do senso de pertencimento do aluno à instituição;
- b) a promoção da interação entre aluno e tutor, aluno e conteúdo, aluno e aluno e por fim aluno e instituição;

c) a mediação destas interações por meio da elaboração de materiais didáticos especialmente formatados e da apropriação das tecnologias disponíveis.

O objetivo do “modelo pedagógico” é garantir que os cursos e materiais didáticos desenvolvidos pelo NEAD promovam o engajamento dos alunos em atividades de aprendizagem visando o desenvolvimento da capacidade de análise, síntese e avaliação e a geração de conhecimento.

Neste modelo, o aluno é visto como centro do processo de ensino e aprendizagem. Tal visão pressupõe um aluno adulto e capaz de aprender de forma autônoma, uma vez que devidamente estimulado e apoiado por diferentes agentes (tutores, monitores, técnicos) e que lhe for oferecido e facilitado o acesso aos recursos necessários para a sua aprendizagem. É de fundamental importância que os alunos tenham, em seu processo de aprendizagem, acesso a flexibilidade de processos, amplas possibilidades de cooperação, personalização e interatividade (UOC, 2003).

Os processos de construção da proximidade e pertencimento serão mediados de forma direta pelos tutores e monitores. Tais agentes oferecerão apoio ao aluno por meio de atividades de informação, atendimento e acompanhamento.

A interação com os agentes docentes – tutores/professores/orientadores e não-docentes – monitores e suporte técnico, é facilitada pela utilização de recursos disponíveis na plataforma de aprendizagem, garantindo diferentes oportunidades de comunicação síncrona e a assíncrona.

4.5.14. Logística para o desenvolvimento de Projetos em Educação a Distância

A infra-estrutura de recursos humanos disponibilizada está inserida em um sistema de educação a distância que tem por objetivo dinamizar e organizar os processos de desenvolvimento de projetos em nesta modalidade de ensino.

Esse sistema supõe a implementação de alguns elementos indispensáveis ao seu bom funcionamento:

- organização de uma rede de comunicação entre os agentes do processo educativo;
- organização de sistemática de orientação acadêmica e de acompanhamento e avaliação próprios;
- implantação de bases regionais, para apoio aos alunos;
- organização e disponibilização de material didático adequado ao formato de EaD;

- manutenção de equipe multidisciplinar e de professores para orientação nas diferentes áreas dos cursos oferecidos;
- ampliação dos recursos humanos (professores e funcionários) responsáveis pelo acompanhamento acadêmico e metodológico de cada projeto;

Os projetos na modalidade de educação a distância encampados pela UFRA deverão ser consolidados, principalmente os que operam por meio de tecnologias como a Internet. Os projetos devem passar pelas fases de concepção, planejamento, execução e conclusão.

- **Fase de concepção:** definição dos objetivos; seleção da equipe envolvida; definição do escopo; elaboração do orçamento inicial;
- **Fase de planejamento:** definição do corpo docente, conteúdos, material didático e mídias envolvidas; delineamento do público alvo e das parcerias; elaboração do orçamento definitivo; definição e agendamento da infra-estrutura física envolvida; consulta a outros setores envolvidos; aprovação do projeto nos órgãos internos e/ou externos;
- **Fase de execução: definição da modelagem educacional definitiva (métodos e técnicas de ensino e avaliação);** contratação do corpo docente; desenvolvimento do material didático impresso ou digitalizado em todas as suas etapas (redação, revisão, diagramação, digitalização, impressão, testagem); consolidação das parcerias; agendamento das atividades; divulgação do curso; inscrição e matrícula; oferta do curso em si; distribuição do material didático; permissão de acesso dos alunos ao curso; orientação aos docentes e tutoria aos discentes; acompanhamento, apoio na identificação de problemas e ajustes ao plano;
- **Fase de conclusão:** certificação; avaliação por todos os envolvidos; e documentação.

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE OFERTA DE CURSO A DISTÂNCIA

Quadro 2 - Cronograma de Implantação de Oferta de Curso de: Extensão; Pós-Graduação *Lato Sensu*; Graduação (Bacharelado e Licenciatura);

Ano/Sem	Curso	Carga horária	Duração (anos)	Modalidade	Vagas
Pós graduação Lato Sensu					
A PARTIR DE 2011	Tecnologia de Informação e Comunicação	380	2	Pós-graduação Lato Sensu	5000
A PARTIR DE 2011	Educação a Distancia	380	2	Pós-graduação Lato Sensu	5000
A PARTIR DE 2011	Informática na educação	380	2	Pós-graduação Lato Sensu	5000
A PARTIR DE 2011	Gestão de Tecnologia da informação	360	2	Pós-graduação Lato Sensu	5000
A PARTIR DE 2011	Ensino de física	380	2	Pós-graduação Lato Sensu	5000
A PARTIR DE 2011	Ensino de matemática	380	2	Pós-graduação Lato Sensu	5000
A PARTIR DE 2011	Ensino de Química	380	2	Pós-graduação Lato Sensu	5000
A PARTIR DE 2011	Ensino de Biologia	380	2	Pós-graduação Lato Sensu	5000
A PARTIR DE 2011	Análise e desenvolvimento de sistemas	400	2	Pós - graduação Lato Sensu	5000
Graduação(Bacharelado e Licenciatura)					

A PARTIR DE 2011	Ciências Naturais	3400	3	Licenciatura	5000
A PARTIR DE 2011	Matemática	3000	3	Licenciatura	5000
A PARTIR DE 2011	Computação	3300	3 anos e 2 meses.	Licenciatura	5000
A PARTIR DE 2011	Informática Agrária	3300	3 anos e 2 meses.	Bacharelado	5000

4.6. Política de Ensino de Pós-graduação

A pós-graduação da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) é uma atividade de ensino e pesquisa que compreende as modalidades *Lato Sensu* (especialização) e *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) e tem por objetivo ampliar e aprofundar conhecimentos, desenvolver a criatividade nas áreas científica e tecnológica, conduzindo à obtenção de grau acadêmico, qualificando recursos humanos para o exercício de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A formação na pós-graduação é entendida como uma prática social que pode dinamizar outros processos sociais, oportunizando a construção de uma sociedade inclusiva e cidadã. Assim, a pós-graduação na UFRA é bem focada em problemas agrários e biológicos, em geral gerados pelo pouco conhecimento e pela prática tradicional de uso dos ecossistemas amazônicos. Práticas essas que necessitam de avanço de tecnologia para de fato avançar na sustentabilidade social, econômica e ambiental, tão necessários à preservação desse importante bioma brasileiro.

Atualmente a UFRA oferece oito cursos de pós-graduação, sendo um curso de Doutorado em Ciências Agrárias; cinco cursos de Mestrado, em Ciências Florestais, Agronomia, Ciências Biológicas, aquicultura e Recursos Aquáticos Tropicais e Saúde e Produção Animal na Amazônia; além de dois cursos de especialização, um em Medicina Veterinária e outro em Defesa Sanitária Vegetal.

Os cursos *Stricto Sensu* são ainda bastante frágeis, os cursos de mestrado possuem conceito 3 no sistemas de avaliação da Capes (avaliação do triênio 2004-2006) e o curso de doutorado possui conceito 4. Essa fragilidade nos impõe um objetivo prioritário, aumentar o conceito dos cursos, que exige a melhora de todo o sistema de pós-graduação da Instituição.

As estruturas curriculares, bem como o número de horas/créditos necessários para a integralização de cada uma delas, variam de acordo com a proposta didático-pedagógica definida no regulamento de cada curso. Além do cumprimento de todos os requisitos regimentais, para a obtenção dos diplomas de Mestre ou de Doutor, o aluno deve elaborar uma dissertação, no primeiro caso, ou uma tese, no segundo, a ser aprovada por banca examinadora, em sessão pública de defesa. A defesa de uma monografia é também necessária para obtenção do certificado de especialista.

Um Programa de pós-graduação necessita de um Regimento Institucional que coadune regras gerais para todos os cursos. A UFRA, desde 2002, quando de sua transformação para Universidade, não instituiu um regimento geral para a pós-graduação, sendo esse o primeiro passo para estabelecer diretrizes a fim de conquistarmos uma melhora no conceito dos cursos.

Embora não consolidados, os cursos de pós-graduação da UFRA tem melhorado em qualidade, fato refletido nos últimos processos de seleção, em especial no número de inscritos por vaga, que em média dobrou de 2 para 4 candidatos por vaga. Isso é reflexo da melhoria na qualidade e quantidade dos docentes envolvidos na pós-graduação.

Atualmente a UFRA apresenta 45% dos seus docentes doutores envolvidos na pós-graduação. Esse número é ainda muito baixo; a instituição possui um potencial de orientadores enorme, uma vez que cerca de 70% de seus docentes são doutores ou estão em doutoramento. Esse quadro é consequência da baixa produção bibliográfica, em especial na publicação de artigos científicos em periódicos internacionais, critério esse extremamente importante no sistema de avaliação da Capes. Assim, uma das metas institucionais prioritárias é o aumento na produção científica de forma a atender as exigências do sistema de pós-graduação brasileiro.

4.6.1. Programa de Bolsas para Pós-Graduação

A UFRA, através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, responsabiliza-se pelo gerenciamento e/ou acompanhamento de bolsas de pós-graduação financiadas pela Capes, mediante contrato do Programa de Apoio à Pós Graduação (PROAP) e pelo Capes-Reuni; as coordenadorias dos cursos são responsáveis pelo gerenciamento de bolsas pós-graduação financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); e os docentes são responsáveis pelo gerenciamento das bolsas financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará (Fapespa) e por bolsas obtidas no âmbito dos projetos de pesquisa. Na Tabela 2 mostra-se a distribuição de bolsas por agências de fomento para os cursos de pós-graduação da UFRA no ano 2009.

Atualmente quase 100% dos alunos que necessitam de bolsas possuem bolsas. A relação entre alunos matriculados e bolsistas é da ordem de 49% no doutorado e de 92% no mestrado. **Tabela 2 – Bolsas distribuídas entre os cursos de pós-graduação da UFRA no ano 2009.**

AGÊNCIA	AGRONOMIA	CIÊNCIAS FLORESTAIS	BOTÂNICA	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	TOTAL
	Mestrado	Mestrado	Mestrado	Doutorado	
CAPES	12	7	12	8	39
CNPq	12	11	17	19	59
FAPESPA	-	-	1	5	6
REUNI/CAPES	5	9	5	5	24
PROJETOS	1	2	1	1	5
DAAD	2	-	-	-	2
TOTAL	32	29	36	38	135

4.6.2. Objetivo

Ampliar e consolidar os programas de pós-graduação da UFRA, de forma a aumentar o conceito no sistema de avaliação da Capes e contribuir decisivamente para o desenvolvimento local, regional e nacional através da formação de recursos humanos qualificados e aptos a atuarem de forma crítica e reflexiva, na docência, na pesquisa e na extensão.

4.6.3. Metas e Ações

META 1: Implantar na UFRA um sistema de gestão participativa e transparente da pós-graduação.

Ações necessárias:

- Instituir o Regimento Geral da Pós-Graduação - 2010;
- Definir e propor um organograma para a Pós-Graduação, considerando os seguintes setores: Pró-Reitoria, Colegiado Geral da Pós-graduação, os Programas de pós-graduação, Colegiados dos Programas e Coordenadores - 2011;
- Instalar a Secretaria Geral da Pós-Graduação para exercer controle acadêmico - 2011;
- Democratizar as informações relativas a movimentação financeira dos recursos PROAP e das bolsas de Pós-Graduação - 2010;
- Modernizar e informatizar o sistema de arquivo da pós-graduação - 2011;
- Promover a efetivação de parcerias interinstitucional para oferta dos cursos de pós-graduação – todos os anos.

META 2: Incrementar em 60% o número de cursos de mestrado e quadruplicar o número de cursos de doutorado.

Ações necessárias:

- Promover uma revisão dos perfis filosóficos dos cursos – a partir de 2011
- Promover um seminário anual da pós-graduação, para divulgação dos projetos de dissertação e tese e para oportunizar uma maior interação entre os diferentes cursos – a partir de 2011;
- Criar um banco de informações com subsídios para auxiliar no planejamento, acompanhamento e redirecionamento das atividades de ensino de pós-graduação - 2011;
- Estabelecer critérios para distribuição de recursos de convênios e de bolsas de pós-graduação - 2010;
- Definir e propor um modelo diferenciado para o Projeto Pedagógico dos programas/cursos de pós-graduação adequado as especificidades destes e que esteja em sintonia com as definições do COLETA-CAPES e do aplicativo CAPES para criação de cursos novos – APCN - 2011;
- Propor aos programas/cursos de pós-graduação a definição de um planejamento estratégico trienal, utilizando como base a política de pós-graduação da UFRA, as diretrizes do PNPG 2011-2020 e os documentos de área da CAPES - 2010;
- Propor aos programas/cursos de pós-graduação a definição e regulamentação de regras e critérios para os seguintes aspectos: credenciamento e descredenciamento de orientadores e co-orientadores de mestrado e doutorado; política de absorção de novos doutores; definição da co-orientação; definição de docente colaborador; abertura de novas vagas; distribuição interna de recursos de convênios e bolsas de estudo; abertura de novas linhas de pesquisa; Política de auto-avaliação do Programa/Curso - 2010;
- Definir um prazo para a apresentação dos itens solicitados acima, bem como as restrições a que estarão sujeitos aqueles programas que não cumprirem com o exigido - 2010;
- Criar mecanismos de divulgação na UFRA de notícias que demonstrem a importância da pós-graduação e da qualificação do corpo docente no contexto atual das decisões e distribuições de recursos, bem como nos critérios de avaliação dos projetos institucionais - 2010;

- Promover a divulgação dos programas de pós-graduação, através de cartazes, folders, e outros, de forma a atingir toda a Amazônia legal e as principais universidades públicas do Brasil - 2010;

- Gestionar junto às direções dos institutos que sejam priorizadas novas vagas em áreas de interesse de cursos/programas de pós-graduação, resguardados os interesses e necessidades dos cursos de graduação - 2010.

META 3: Aumentar em 30% o número de professores vinculados à pós-graduação.

Ações necessárias:

- Incrementar a qualificação dos recursos humanos da UFRA e sua participação nos programas/cursos de pós-graduação - 2010;

- Apoiar a publicação dos resultados de pesquisas em revistas internacionais com fator de impacto - 2010.

- Regulamentar a co-orientação como mecanismo de incorporação de novos doutores nos programas de pós-graduação - 2011;

- Regulamentar as normas e editais para contratação de professor visitante no âmbito da UFRA, visando uma melhor adequação desses docentes às necessidades dos cursos de pós-graduação - 2010;

- Utilizar como um dos pontos de avaliação dos candidatos, no edital do concurso referido no item anterior, os requisitos mínimos para credenciamento do docente junto aos cursos de pós-graduação - 2011;

META 4: Aumentar em 100% o número de bolsistas PQ

Ações necessárias:

- Incentivar o estágio pós-doutoral para os docentes com mais de 10 anos na Instituição - 2011;

- Apoiar a publicação dos resultados de pesquisas em revistas internacionais com fator de impacto - 2010;

- Incentivar e priorizar as ações e iniciativas de bolsistas de produtividade do CNPq, que visem o aumento dos indicadores próprios de produtividade - 2010;

- Incentivar e priorizar a produção científica de pesquisadores e docentes da UFRA com perfil equivalente a bolsista de produtividade PQ - 2011;

- Incentivar e apoiar o envio de solicitação de bolsa de produtividade CNPq por parte dos pesquisadores da UFRA com perfil equivalente;
- Estimular a elaboração de propostas que respondam aos editais específicos para a PG (a exemplo do Casadinho, Procad, Fapespa, etc...) – 2010;

META 5: Aumentar em 70% o número de publicações e sua qualificação.

Ações necessárias

- Valorizar a produção científica qualificada produzida pelos programas/cursos de pós-graduação e grupos de pesquisa - 2011;
- Realizar um levantamento da distribuição científica na UFRA, incluindo publicações indexadas, segundo Qualis e fator de impacto, além de patentes, livros e capítulos de livros - 2010;
- Promover uma reestruturação da Revista de Ciências Agrárias da UFRA, de forma a elevar o índice no Qualis da Capes - 2010;
- Incentivar a produção entre docente e discente de graduação e pós-graduação - 2010;
- Criar um Programa de auxílio para participação dos discentes em congressos técnico-científicos e propor regras para concessão destes recursos - 2010;
- Incentivar a participação dos docentes em congressos técnico-científicos - 2010;
- Valorizar os docentes mais produtivos através de uma homenagem anual aos pesquisadores Seniors e Juniors - 2011.

4.6.4. Oferta de cursos e programas

Cursos atuais

Tabela 3 - Cursos de pós-graduação (*Latu e Stricto Sensu*) oferecidos pela UFRA

#	Nome do curso	Modalidade	Nº de alunos/turma	Nº turmas	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano de início
1.	Ciências Florestais	Mestrado	20	1	Integral	UFRA	1994
2.	Agronomia (Solos e nutrição de Plantas)	Mestrado	20	1	Integral	UFRA	1996
3.	Ciências Agrárias (Recursos Naturais)	Doutorado	10	1	Integral	UFRA/Embrapa Amazônia Oriental	2001
4.	Ciências Biológicas (Botânica)	Mestrado	20	1	Integral	UFRA/MPEG	2002
5.	Medicina Veterinária	Especialização	10	1	Integral	UFRA	2009
6.	Defesa Sanitária Vegetal	Especialização	10	1	Integral	UFRA	2010
7.	Saúde e Produção Animal Na Amazônia	Mestrado	10	1	Integral	UFRA	2010
8.	Aquicultura e Recursos Aquáticos Tropicais	Mestrado	10	1	Integral	UFRA	2010

Plano de expansão da Pós-graduação

Tabela 4 - Programação de abertura de cursos de Pós-graduação (*Latu e Stricto Sensu*) na UFRA

#	Nome do curso	Modalidade	Nº de alunos/turma	Nº turmas	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano previsto para a solicitação
1.	Ciências Biológicas (Botânica)	Doutorado	10	1	Integral	UFRA/MPEG	2010
2.	Agronomia (Solos e nutrição de Plantas)	Doutorado	10	1	Integral	UFRA	2010
3.	Fitossanidade e Defesa Sanitária Vegetal	Mestrado Profissional	10	1	Integral	UFRA/Embrapa Amazônia Oriental	2011
4.	Ciências Agrárias (Recursos Naturais)	Mestrado	10	1	Integral	UFRA/Embrapa Amazônia Oriental	2011
5.	Biotecnologia Agropecuária	Doutorado	10	1	Integral	UFRA/Embrapa Amazônia Oriental	2012
6.	Biotecnologia Agropecuária	Mestrado	10	1	Integral	UFRA/Embrapa Amazônia Oriental	2012
7.	Saúde e Produção Animal Na Amazônia	Doutorado	10	1	Integral	UFRA	2013
8.	Programa de Pós-graduação de Tecnologias aplicáveis a amazônia(Mestrado)	Mestrado	10	1	Integral	UFRA	2014

5. Políticas de Pesquisa

É incontestável que a produção e a reflexão crítica do conhecimento são realizadas, em sua maior parte, nas universidades. É na pesquisa que há a renovação do pensamento e sua reflexão deve ocorrer nas atividades de ensino e extensão; assim, é indissociável as atividades de ensino, pesquisa e extensão para o alcance da missão institucional, em especial a contribuição para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região amazônica através da formação de profissionais qualificados. Como uma das universidades amazônica mais reconhecida no campo do ensino e da pesquisa em Ciências Agrárias, a UFRA procura investir, permanentemente, na progressiva produção científica brasileira nessa área; expandindo também seus interesses a partir da proposta de expansão que ocorre no âmbito do Programa Reuni.

Hoje, a UFRA abriga 28 Grupos de Pesquisa consolidados, que atuam em quatro áreas do conhecimento: ciências agrárias (78); ciências biológicas (11%); ciências exatas e da terra (4%); ciências sociais aplicadas (7%). Esses Grupos de Pesquisa congregam 250 estudantes e 163 pesquisadores, dos quais 106 são doutores e desenvolvem projetos em 107 linhas de pesquisa declaradas no diretório de Pesquisa do CNPq. Cerca de 80% dos projetos de pesquisa em execução nessa Universidade envolvem parceria com empresas e instituições públicas, em que se visa, principalmente, a busca de soluções para problemas sociais e dos diversos setores produtivos do Estado do Pará. Todos os sete pesquisadores da UFRA que recebem Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq – ou seja, cerca de 6% do total de Doutores em atuação na UFRA, participam desses Grupos de Pesquisa.

Muitas dessas linhas de pesquisa declaradas no Diretório de Pesquisa do CNPq se sobrepõem fortemente. Outro problema é o conflito existente entre as linhas de pesquisa institucionais, declaradas no último PDI e as linhas de pesquisa reais, declaradas no Diretório de Pesquisa do CNPq. Assim, será necessário uma reestruturação das linhas de pesquisa reais da UFRA e sua agregação em alguns Programas de Pesquisa que possam promover e dar maior visibilidade à pesquisa da UFRA.

É importante ressaltar que como uma instituição pequena, a pesquisa da UFRA não mostra quantitativos fortes, mas está associada a importantes cursos de pós-graduação oferecidos desde a década de 90 e traz em seus princípios norteadores a aplicabilidade da pesquisa básica em problemas, especialmente agrários, que possam criar condições para a sustentabilidade social, econômica e ambiental da Amazônia. Nossos resultados ainda são incipientes, mas a pesquisa na UFRA desenvolve-se dentro dos padrões éticos. É Assim, na

perspectiva da bioética, que devemos implantar na UFRA o Comitê de Ética em Pesquisa (COEP), o qual será responsável para avaliar os projetos de pesquisa cuja fonte primária de informação é o ser humano ou material biológico. Além do COEP, também devemos implantar o Comitê de Ética em Experimentação Animal (CEEA), que deve estabelecer normas gerais para a utilização de animais em experimentações, e fiscalizar as ações de investigação específicas dessa área. Esses Comitês, embora devam ser abrigados no âmbito da Pro - Reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico devem seguir as orientações dos Comitês Nacionais que determinam as diretrizes éticas da pesquisa brasileira.

5.1. Programa institucional de bolsas de Iniciação Científica

A PROPED gerencia o Programa de Iniciação Científica da UFRA através de convênios com o CNPq e Fapespa. Assim, nossos objetivos congregam os objetivos dessas duas instituições:

1. Despertar vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação.
2. Contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa e outras atividades profissionais
3. Estimular uma maior articulação entre a graduação e pós-graduação.
4. Contribuir de forma decisiva para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação.
5. Estimular pesquisadores produtivos a envolverem alunos de graduação nas atividades científica e tecnológica.
6. Proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa.
7. Possibilitar ao bolsista uma maior amplitude e profundidade de conhecimento além daquele adquirido durante o exercício das disciplinas.

O número de bolsas de Iniciação Científica aplicadas na UFRA praticamente se manteve estável nos últimos 10 anos (Figura 1). O CNPq contribui com cerca de 70% e a UFRA com 30% das bolsas. Em 2009 foram aplicadas 66 bolsas do CNPq e 23 bolsas da UFRA. Em estudo realizado em 2009 mostrando a dinâmica dos orientadores de Iniciação Científica da UFRA nos

últimos 10 anos (Figura 2), podemos perceber que o número de orientadores vem aumentando gradualmente entre 2000 e 2008 e que houve um forte aumento em 2009 em função das novas contratações de docentes através do Programa Reuni. Esses resultados mostram, em uma visão conservadora, que o potencial de orientação para os próximos cinco anos é enorme, existindo assim a necessidade de aumentar em cerca de 150% o número de bolsas a serem aplicadas nos próximos cinco anos (Figura 3)

A seleção dos alunos que participam do Programa de Iniciação Científica na UFRA é realizado anualmente no mês de junho, através de um edital interno, que estabelece critérios e normas para solicitação.

Anualmente a UFRA promove, em parceria com a Embrapa Amazônia Oriental, o Seminário anual de Iniciação Científica, cujo objetivo principal é divulgar os resultados obtidos nos projetos desenvolvidos pelos estudantes de graduação. Esse Seminário, de extremo sucesso interno, deve ser reestruturado para que possamos aproveitar o momento para discutirmos uma melhor adequação das linhas e programas de pesquisas da UFRA, como também, aproveitarmos o momento para alcançarmos maior visibilidade regional dos projetos desenvolvidos na instituição.

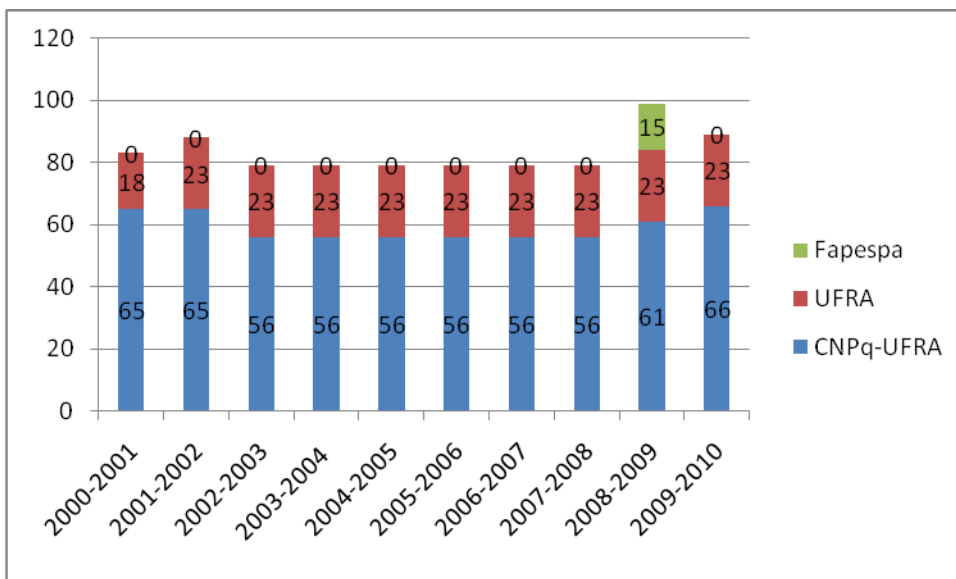


Figura 1 – Número de bolsas de Iniciação Científica, por fonte financiadora, aplicadas na UFRA no período de 2000 a 2009.

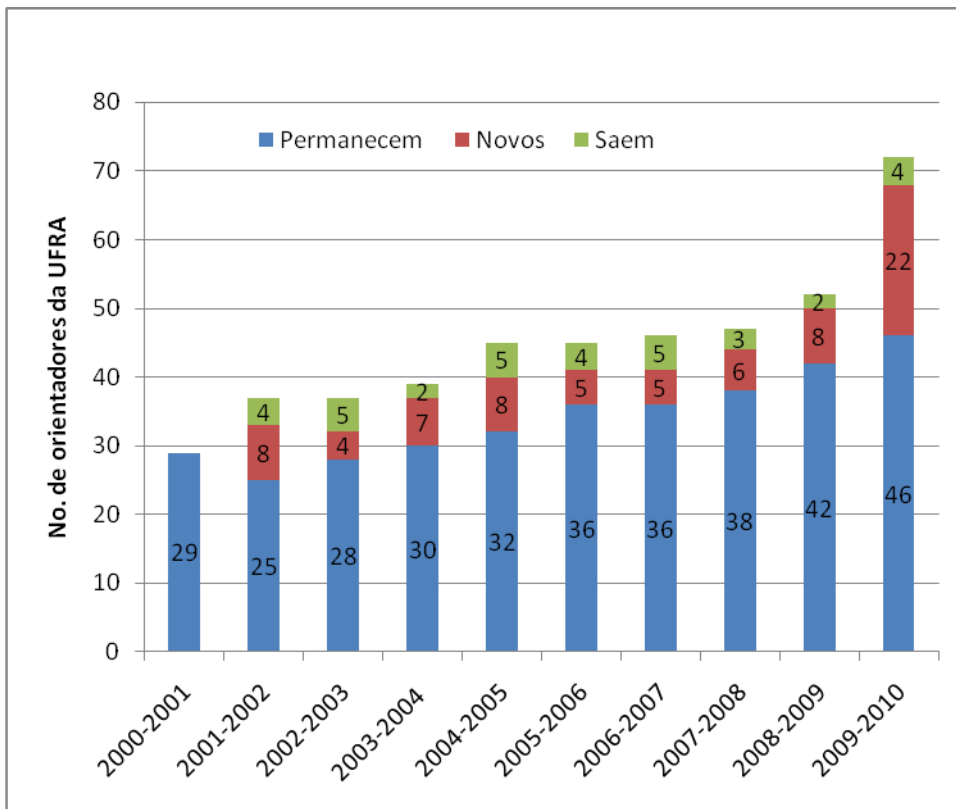


Figura 2 – Dinâmica dos orientadores de Iniciação Científica da UFRA no período de 2000 a 2009.

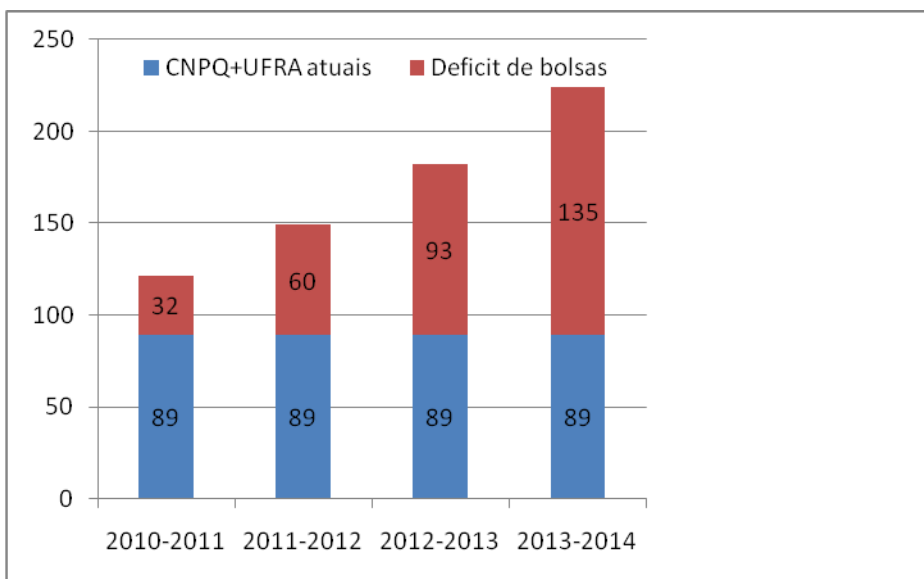


Figura 3 - Estimativa da necessidade de bolsas de Iniciação Científica para os próximos anos, considerando os orientadores potenciais e a distribuição de 2 bolsas por orientador potencial.

O aumento de bolsas repassadas pela UFRA passará de 23 para 40 bolsas. A suplementação no número de bolsas repassadas dependerá da evolução do quadro de orientadores aptos a contemplá-las.

5.2. Plano de expansão da Pesquisa

5.2.1. Objetivo

Re-estruturar as linhas de pesquisa da UFRA e agregá-las em Programas de Pesquisa que possam impulsionar a produção científica levando a uma maior visibilidade regional e nacional dos resultados obtidos.

5.2.2. Metas e Ações

META 1: Re-estruturar e fortalecer as linhas de pesquisa os programas de pesquisa da UFRA

Ações necessárias:

- Definir e propor um organograma para a Pesquisa, considerando os seguintes setores: Pró-Reitoria, Colegiado Geral da Pesquisa, os Programas de pesquisa e as Linhas de pesquisa;
- Instalar a Secretaria Geral da Pós-Graduação para exercer controle acadêmico;
- Democratizar as informações relativas a movimentação financeira dos recursos da MAIRO disponíveis para a pesquisa;
- Modernizar e informatizar o sistema de arquivo da pesquisa;
- Promover anualmente um Workshop para discussão sobre a pesquisa da UFRA;
- Implantar na UFRA o Comitê de Ética em Pesquisa (COEP), o qual será responsável para avaliar os projetos de pesquisa cuja fonte primária de informação é o ser humano ou material biológico;
- Implantar na UFRA o Comitê de Ética em Experimentação Animal (CEEAA), que deve estabelecer normas gerais para a utilização de animais em experimentações, e fiscalizar as ações de investigação específicas dessa área.

META 2: Aumentar em 100% a formação de recursos humanos em nível de Iniciação científica

Ações necessárias:

- Incrementar a integração entre os diversos segmentos de capacitação de recursos humanos da UFRA, como cursos de graduação, programas/cursos de pós-graduação.

-Gestionar junto às diretorias de CNPq e Fapespa um incremento das cotas de bolsas de Iniciação Científica para a UFRA.

-Planificar alterações e inovações no formato, concepção e filosofia do Seminário de Iniciação Científica da UFRA, visando torná-lo um importante evento de integração e de divulgação das atividades ligadas a pesquisa, ensino e extensão da comunidade universitária local e regional;

META 3: Ampliar a captação de recursos externos para ampliação da estrutura laboratorial disponível.

Ações necessárias:

- Incrementar a participação da UFRA na distribuição dos recursos federais e estaduais destinados à P&D;

- Identificar oportunidades para encaminhamento de projetos institucionais e isolados, nos seguintes segmentos: órgãos governamentais nacionais, estaduais e regionais; instituições e fundações públicas e privadas; banco mundial, etc;

- Planificar e auxiliar as equipes executoras dos respectivos projetos para a qualificação e adequação dos projetos acima mencionados, aos objetivos dos editais ou diretrizes dos organismos fomentadores.

META 4: Expandir a infra-estrutura de pesquisa e incentivar a utilização multi-usuária.

Ações necessárias:

- Implantar uma política de utilização e manutenção de equipamento multiusuários de pesquisa;

- Realizar levantamento da infra-estrutura laboratorial existente na UFRA e gerenciar junto aos responsáveis a disponibilização desta estrutura dentro de um plano institucional de utilização multi-usuária de equipamentos e infra-estrutura;

- Regulamentar critérios e regras para ampliação da utilização dos equipamentos multi-usuários adquiridos via projetos institucionais.

META 5: Aumentar em 30% os convênios e acordos para transferência tecnológica

Ações necessárias:

- Estabelecer o NIT - Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia na UFRA, criando sua estrutura organizacional, administrativa e financeira, que permita realizar as funções e atribuições que lhe são delegadas;

- Fortalecer e apoiar as ações da ITRA – Incubadora em Tecnologia Rural da Amazônia, visando estimular a criação e o desenvolvimento de empresas tradicionais e de base tecnológica, nos primeiros anos de vida, através de suporte técnico gerencial, científico e tecnológico e apoio em infraestrutura;

- Regulamentar, no âmbito da UFRA, um conjunto de resoluções que visem garantir os interesses da UFRA e de seus pesquisadores nos assuntos pertinentes a proteção e propriedade intelectual da produção tecnológica desenvolvida na UFRA;

- Incentivar a interação dos grupos de pesquisa consolidados com o setor produtivo para transferência e aplicabilidade do conhecimento gerado;

- Gestionar junto a administração central da UFRA pelo apoio e investimento em área física (reforma e construção), através de recursos próprios, extra-orçamentários, verbas parlamentares etc., para grupos de pesquisa, laboratórios e programas/cursos de pós-graduação que sejam captadores de recursos externos para pesquisa na UFRA.

META 6: Aumentar em 50% o volume de informação relativo à divulgação da produção do conhecimento produzido na UFRA

Ações necessárias:

- Incrementar a visibilidade nos meios de comunicação locais e regionais da produção do conhecimento produzido na UFRA,;

- Disponibilizar periodicamente para a imprensa local, regional e nacional, informações e notícias de interesse da comunidade e que divulguem a produção do conhecimento gerado na UFRA;

- Propor aos meios de imprensa local a realização de matérias periódicas para informar e divulgar as potencialidades da UFRA nas diversas áreas do conhecimento e sua aplicabilidade nas soluções dos problemas da região;

- Re-estruturar a página web da UFRA no que diz respeito à informações das pesquisas institucionais.

META 7: Incentivar políticas de pesquisa nas áreas de: Educação a distância e em Tecnologia de Informação e Comunicação.

6. Política de extensão

A extensão universitária é uma atividade de natureza interdisciplinar, que promove a disseminação do conhecimento acadêmico de forma integrada ao ensino e à pesquisa universitária. Para isso, deve levar em conta a necessidade de interação no processo de construção de saberes com os sujeitos das ações, o que supõe transformações no processo pedagógico, pois docentes e discentes são sujeitos do ato de ensinar e aprender, levando à socialização do saber acadêmico. Aos poucos, as Universidades vêm descobrindo que a extensão deve envolver docentes, discentes e servidores técnico-administrativos, em um esforço conjunto de viabilizar propostas e encaminhar soluções.

Para a graduação, a extensão constitui um espaço pedagógico da maior relevância na formação dos discentes e na revitalização dos conteúdos e práticas curriculares e para atualizar conteúdos para adequação ou criação de novos cursos e metodologias, de forma a formar profissionais com o perfil que a sociedade demanda .

O aprimoramento prático através do envolvimento dos alunos na organização e/ou participação nas ações de extensão: eventos, cursos e execução de projetos de extensão, no atendimento ao público interessado, produção intelectual e na prestação de serviços enriquece a leitura da realidade vivenciada e possibilita, a esses alunos, um olhar mais crítico e propositivo nas soluções de problemas e ainda o exercício de sua cidadania.

O envolvimento do aluno com a extensão passa pela necessidade para integralização do currículo, que por sua vez só se faz valer quando é parte indissociável do projeto pedagógico do curso. As novas diretrizes curriculares preconiza o cumprimento de atividades complementares que poderão abranger até 10% da carga horária dos cursos. Estas atividades serão contabilizadas em carga horária determinada e aplicada no projeto de cada curso, com a inclusão da nova estrutura curricular e da atual política de ensino.

Para a pesquisa, a extensão potencializa a análise de diferentes objetos e do impacto da ação através do salutar diálogo entre os saberes de dentro e de fora da Academia, para que esta área esteja voltada para solução das demandas regionais. Dessa forma, enseja a experimentação de novas metodologias, bem como a necessidade do estabelecimento de novas linhas de pesquisa.

Portanto, o desenvolvimento de ações extensionistas viabiliza a integração entre a Instituição e a Comunidade, contribuindo para que haja, internamente, a indissociabilidade entre

ensino, pesquisa e extensão e assim, a universidade desempenha seu papel de contribuir para o desenvolvimento social e sustentável das comunidades e da região.

A Universidade Federal Rural da Amazônia /Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, que vem atuando com base nos programas governamentais e de suas linhas prioritárias, continua com o compromisso e a responsabilidade social de contribuir com a construção e efetivação das políticas públicas de desenvolvimento regional sustentável e de inclusão social.

A atuação da Universidade junto à comunidade interna e externa conta com o apoio do Programa Universidade do Século XXI - Serviços à Comunidade por Meio da Extensão Universitária, compreendendo a participação de representantes da UFRA em ações de extensão que envolvam viagens, atividades voltadas à a atividades sociais - 3ª idade, por exemplo, eventos, cursos, atendimento em modalidades esportivas, envolvendo os setores que atuam com o público externo, especialmente as comunidades do entorno, como é o caso do Serviço de Cultura Física e parceiros e do Hospital Veterinário e ainda, o atendimento através do Serviço de Documentação e Informação- SDI/Biblioteca (produção intelectual).

A Incubadora de Empreendimentos Solidários – ITES, vinculada à PROEX, vem atuando com o apoio de diversos editais ou de Convênios de Cooperação Técnica, em vários municípios do Estado, e em parceria com várias instituições, concentrando importantes projetos de extensão, inclusive nas áreas de educação para reforma agrária e de incubação de diversos empreendimentos solidários para agricultores familiares e para jovens com bolsa trabalho.

As linhas temáticas de extensão universitária visam à organização das atividades extensionistas, de acordo com as diretrizes definidas nos Fóruns Regional e Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas. Das oito linhas selecionadas pelo referido Fórum: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho, as principais diretamente relacionadas com as áreas de atuação da UFRA são: **Meio Ambiente, Tecnologia, Trabalho e Saúde**, embora havendo uma relação com as demais nos aspectos de cidadania e desenvolvimento integral do homem.

Através da extensão universitária, a Instituição potencializa o comprometimento e a participação social para a troca de experiências; a assimilação e revisão de valores e prioridades; a construção de saberes e a interação entre universidade e sociedade.

Com essa perspectiva, a política que deverá ser posta em prática, de forma mais intensa pela Universidade, para efetivação de ações que respondam aos anseios das comunidades deve ser acompanhada de engajamento e mobilização, de maneira a permitir:

- a) A superação da prática assistencialista das ações para o emergir de uma prática educativa dialógica;
- b) Compatibilizar as ações de Extensão com a agenda de Pesquisa institucional de maneira a haver a construção de um saber e uma práxis transformadora, a partir da participação representativa dos sujeitos das ações;
- c) Contribuir para a construção de uma nova concepção de Extensão;
- d) A efetivação de novas experiências de Pesquisa-ação para garantir a construção de espaços democráticos e de efetivação plena da cidadania;
- e) A criação de condições de recursos humanos a materiais;
- f) Incentivar a oferta de cursos de extensão na modalidade de Educação a Distância;

Assim, a UFRA através da Extensão, pretende viabilizar e operacionalizar ações concretas que consolidem através de novas práticas, uma administração e gestão democrática comprometida com os interesses da maioria da população inserida na realidade amazônica e nacional, dando-lhe em contrapartida, um saber e uma práxis transformadora que tenha nos homens e mulheres os sujeitos principais para viabilizar suas atribuições.

A partir desta perspectiva, caberá a PROEX atender dentro de suas atribuições, a necessidade de renovar os procedimentos no interior da UFRA para viabilizar o cumprimento de sua missão institucional em relação à Sociedade e ao atendimento de suas demandas.

A Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, que tem como missão contribuir com políticas e institucionalização das ações de extensão universitária, para o apoio e atendimento das demandas internas e externas, promovendo a interação entre universidade e sociedade para dar visibilidade e credibilidade à Instituição, buscará viabilizar e operacionalizar práticas participativas e representativas dos interesses das comunidades regionais, através de programas e propostas em duas diretrizes prioritárias de atuação:

- a) Disponibilização e democratização de informação científica, cultura e serviços comunitários;
- b) Promoção e participação no desenvolvimento sustentado de comunidades urbanas e rurais.

A operacionalização das linhas de atuação será efetivada

Com base no planejamento institucional plurianual e políticas de extensão universitária, os objetivos estratégicos da extensão para o período 2010/2014 são:

- a) Promover de forma programática a articulação entre o ensino e a pesquisa;
- b) Conduzir o ensino a padrões mais elevados de qualidade, promovendo aos estudantes e docentes habilidades de extensão e de disseminação de conhecimento, gerando competência para atuações no meio rural amazônico;
- c) Instrumentalizar e retroalimentar a programação do ensino e vocacionalmente da pesquisa e extensão;
- d) Oportunizar ações para democratização do conhecimento junto à comunidade interna e externa;
- e) Interagir com o setor agrícola e promover a integração com a indústria, o comércio, o governo e outras organizações com interesses na Amazônia e articular discussões desenvolvendo políticas peculiares à região;
- f) Envolver as populações amazônicas, profissionalizando-as para incluí-las no processo produtivo, melhorar sua qualidade de vida e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região;
- g) Contribuir com desenvolvimento regional, especialmente na perspectiva da Economia Solidária, ampliando a articulação da universidade com o setor produtivo e contribuindo com novas possibilidades de geração de renda a partir de modelos alternativos.

Essas formas de atuação foram expressas e dimensionadas nas ações apresentadas a seguir:

AÇÕES	2010	Até 2011	Até 2012	Até 2013	Até 2014
Criação e manutenção de um Setor de Atendimento e Informações à Comunidade	X				
Organizar um banco de dados de demandas dirigidas à Universidade e de ofertas de ações de extensão	X	X			
Criação, em parceria com universidades paraenses, do Fórum de Extensão das Universidade Públicas do Estado do Pará	X	X			
Criação de uma linha editorial da extensão universitária.			X		
Criação do Núcleo de Documentação e Memória da					

Extensão da UFRA, em parceria com a Biblioteca Central					
Criação de calendário anual ou agenda de Eventos da UFRA	X	X	X	X	X
Realização de pelo menos um Seminário Estudantil de Extensão e outras atividades de extensão, anualmente, dirigidas à comunidade estudantil da UFRA	X	X	X	X	X
Aprimoramento do Programa Permanente de Bolsas Estudantis de Extensão, com o mínimo de 100 bolsas, em conjunto com a PROEN	X	X	X	X	X
Criação do Laboratório de Extensão, o Fórum Permanente de Extensão e Incubadora de Projetos de Extensão	X	X			
Definição juntamente com a PROEN, de mecanismos que viabilizem a incorporação de atividades de pesquisa e de extensão nos currículos dos cursos de graduação de forma mais expressiva, além do que já está previsto dentro das Atividades Complementares Integradas – ACI de cada curso dentro do projeto pedagógico	X	X			

7. Política de gestão

Consiste na apreensão crítica e global da realidade em que se pretende intervir e a escolha criteriosa de instrumentos essenciais às mudanças pretendidas. Compreendem os seguintes compromissos:

- Assumir posição de destaque no processo de desenvolvimento da sociedade local;
- Concentrar, na dialética da sociedade, o conhecimento, as inovações e as tecnologias produzidas nas atividades acadêmicas;
- Expandir relações e parcerias, em todos os níveis, para a realização conjunta de projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- Promover sua permanente avaliação institucional e de seu papel como gerador de conhecimentos para a sociedade;
- Aperfeiçoar um modelo de gestão com base na avaliação e no planejamento institucional;

- Criar e/ou consolidar estratégias e meios adequados de comunicação, de modo a atingir a comunidade interna e a sociedade como um todo;
- Promove a descentralização de decisões e estimular a participação da comunidade acadêmica na gestão;
- Fortalecer os órgãos colegiados nas tomadas de decisão;
- Orientar e planejar ações nas diversas instâncias a serviço das atividades fins;
- Vincular a política orçamentária-financeira aos objetivos da área de ensino.

Ao longo da vigência do PDI serão consideradas as seguintes ações:

- A melhoria no processo ensino-aprendizagem dos cursos de graduação será levantada, sugerindo maior apoio didático-pedagógico, melhoria dos laboratórios, intercâmbio técnico, cultural e científico do corpo docente, preocupação com o projeto pedagógico institucional, avaliação contínua das disciplinas e estrutura curricular, treinamento dos docentes (principalmente no pós-doutoramento, pedagógico, troca de informações didáticas), estímulo à publicação de textos acadêmicos e/ou outras formas de divulgação de trabalhos didáticos para complementação em sala de aula – a partir de 2010.
- Na pós-graduação serão direcionadas ações de internacionalização como forma de melhoria dos conceitos nas próximas avaliações da CAPES. É consenso o apoio as atuais diretrizes da política de pós-graduação, seja no *stricto sensu* como no *lato sensu*. A consolidação dos programas de pós-graduação melhorará o conceito ditado pela CAPES e dará suporte para se imaginar um programa de pós-doutoramento, incluindo o estímulo ao treinamento de docentes nesse nível, constituirá num comprometimento institucional – a partir de 2010.
- Na gestão organizacional e administrativa, a preocupação com a segurança no campus incluirá a finalização do sistema de rede elétrica e conseqüentemente melhoria na iluminação, sinalização do trânsito e de placas localizadoras dentro do campus, vigilância ostensiva, obtenção de câmeras eletrônicas, e melhor controle daqueles que transitam eventualmente no campus – a partir de 2010.
- Melhoria no provimento da rede eletrônica de comunicação, assim como sua manutenção, buscando auxílio aos Institutos e setores na especificação, aquisição e gestão de equipamentos de informática e softwares e adoção que evitem piratarias – a partir de 2010.

- A nova política de gestão proporá alterações na estrutura organizacional da UFRA e a ativação da ouvidoria universitária, unidade esta ligada à Reitoria, mas que nunca foi efetivada. Além desta unidade serão ativadas outras em todas as pró-reitorias, sugerindo também a criação de novas superintendências na PROPLAGE – a partir de 2010.
- Deverá apresentar para a comunidade universitária que precisa ser criada dentro da PROEN uma divisão do ensino de pós-graduação e especificar de vez que esta Pró-Reitoria é que é responsável por esta unidade, como determina o Estatuto e o Regimento Geral da UFRA e definir de vez que a Pró-Reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico se chame Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – a partir de 2010.
- Criação de novas pró-reitorias (Administrativa e Assistência Estudantil) – a partir de 2012.
- Reconhecer a universidade como importante corpo social da comunidade interna e externa, objetivando o intercâmbio entre os autores dessa sociedade, identificando seus problemas e avaliando suas potencialidades. Só debater e servir de fórum para os problemas regionais ou nacionais não é suficiente, a instituição precisa ouvir e responder concretamente as reais necessidades da comunidade – a partir de 2010.
- Cumprimento do princípio de igualdade de condições de acesso e permanência para todo e qualquer estudante e para isso, será necessário a qualificação e implementação de programas de assistência estudantil, concebida como direito e como política de inclusão social dos diferentes segmentos da população, visando a universalidade da cidadania – a partir de 2010.

7.1. Responsabilidade social da UFRA

A responsabilidade social decorre da compreensão de que a ação da universidade deve necessariamente, buscar benefícios para a sociedade com base no conhecimento científico, assim como, propiciar a promoção humana e contribuição para o desenvolvimento sustentável.

A função social do ensino superior consiste em desenvolver o processo de socialização dos conhecimentos numa perspectiva de estabelecer a interação com o meio na qual se encontra inserida. No intuito de promover o desenvolvimento e a inclusão social daqueles que

em virtude de uma ideologia cujos valores estão impregnados do individualismo, da competitividade e da falta de solidariedade.

Entende-se que a universidade, enquanto incubadora de novos conhecimentos, alicerçada no paradigma científico, ocupa um papel decisório na formação da cidadania. A UFRA deve desenvolver políticas que reflitam as necessidades do homem contemporâneo, ao invés de ser mera reprodutora do *status quo* e da aceitação passiva e alienante das ideologias dominantes.

Neste contexto a UFRA, ao longo dos anos de 2010 a 2013, pretende:

- ↳ Desenvolver projetos que atendam o clamor dos excluídos, em vista da dignidade e da valorização da pessoa;
- ↳ Colocar os conhecimentos, a epistemologia, à disposição da sociedade como um todo;
- ↳ Implementar ações e investimentos em favor de uma educação consciente voltada a políticas ecologicamente corretas e iniciativas que contribuem, por exemplo, para a qualidade de vida de comunidades de baixa renda;
- ↳ Intensificar as parcerias com empresas, trabalhos voluntários e prestação de serviços à comunidade na área da saúde, artes, esportes e lazer, buscando o verdadeiro resgate da dignidade humana;
- ↳ Estabelecer novas relações entre política educativa e política de desenvolvimento a fim de reforçar as bases do saber e do saber-fazer;
- ↳ Estimular a iniciativa, o trabalho em equipe, a sinergias realistas, tendo em conta os recursos locais, o auto-emprego e o espírito empreendedor;
- ↳ Preocupar-se com a formação do caráter, dos princípios éticos, da valorização humana e da primazia do ser sobre o ter, tomando para si estes fatores como condicionantes fundamentais para o sucesso do ensino superior deste novo século.
- ↳ Promover a ruptura com o cientificismo e a razão instrumental a qual contribuía para o processo de coisificação do homem, pela inserção de uma sensibilidade social, de cunho cada vez mais sistêmico, o que deve impulsionar a uma tomada de decisão frente às questões sociais.

8. IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

8.1. Cronograma de implantação e desenvolvimento da Instituição para o período de vigência do PDI

Tabela 4 - Programação de abertura de cursos de Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo)

Nome do curso	Habilitação	Modalidade	Nº alunos por turma	Nº turmas	Turno(s) de funcionamento	Local de funcionamento	Ano previsto para solicitação
Agronomia		Bacharelado	50	1	Diurno	Parauapebas	2010
Engenharia ambiental		Bacharelado	50	1	Diurno	Belém	2010
Engenharia Florestal		Bacharelado	50	1	Diurno	Paragominas	2010
Engenharia Florestal		Bacharelado	50	1	Diurno	Parauapebas	2011
Agronomia		Bacharelado	50	1	Diurno	Capanema	2012
Ciências Biológicas		Licenciatura	50	1	Diurno	Belém	2013
Ciências Biológicas		Bacharelado	50	1	Diurno	Belém	2014
Gestão em Empreendedorismo		Bacharelado	50	1	Diurno	Belém	2014
Engenharia de produção		Bacharelado	50	1	Noturno	Belém	2012
Engenharia de		Bacharelado	50	1	Diurno	Belém	2012

agrimensura e cartografia							
Bacharelado em ciência e tecnologia	Bacharelado	50	1	Noturno	Belém	2012	
Gestão em Empreendedorismo	Bacharelado	50	1	Diurno	Capanema	2014	
Ciências Biológicas	Licenciatura	50	1	Noturno	Capanema	2014	
Informática	Bacharelado	50	1	Noturno	Capanema	2012	
Informática	Bacharelado	50	1	Noturno	Capitão Poço	2012	
Computação	Licenciatura	50	1	Noturno	Capanema	2012	
Informática	Bacharelado	50	1	Noturno	Cametá	2014	
Informática	Bacharelado	50	1	Noturno	Tomé-Açú	2013	
Computação	Licenciatura	50	1	Noturno	Tomé-Açú	2013	
Informática	Bacharelado	50	1	Noturno	Tucuruí	2013	
Computação	Licenciatura	50	1	Noturno	Tucuruí	2013	
Aquicultura	Bacharelado	50	1	Diurno	Tucuruí	2014	
Computação	Licenciatura	50	1	Noturno	Altamira	2014	
Aquicultura	Bacharelado	50	1	Noturno	Altamira	2014	

Tabela 5 - Programação de abertura de cursos de Pós-graduação (*Lato e Stricto Sensu*)

#	Nome do curso	Modalidade	Nº de alunos/turma	Nº turmas	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano previsto para a solicitação
1.	Ciências Biológicas (Botânica)	Doutorado	10	1	Integral	UFRA/MPEG	2010
2.	Agronomia (Solos e nutrição de Plantas)	Doutorado	10	1	Integral	UFRA	2010
3.	Fitossanidade e Defesa Sanitária Vegetal	Mestrado Profissional	10	1	Integral	UFRA/Embrapa Amazônia Oriental	2011
4.	Ciências Agrárias (Recursos Naturais)	Mestrado	10	1	Integral	UFRA/Embrapa Amazônia Oriental	2011
5.	Gestão Ambiental	Especialização	20	1	Manhã	UFRA	2011
6.	Biotecnologia Agropecuária	Doutorado	10	1	Integral	UFRA/Embrapa Amazônia Oriental	2012
7.	Biotecnologia	Mestrado	10	1	Integral	UFRA/Embrapa	2012

Agropecuária		Amazônia Oriental					
8.	Saúde e Produção Animal Na Amazônia	Doutorado	10	1	Integral	UFRA	2013

8.2. Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas, estabelecendo os critérios gerais para a definição de:

8.2.1. Perfil do Egresso

As características que compõem o perfil do egresso de um curso superior são, por um lado, o resultado de um processo de formação acadêmica e, por outro, a entrada para um processo de integração do profissional ao mercado de trabalho. Neste sentido, a especificação do perfil do egresso de um curso de graduação exige a articulação entre a formação acadêmica e as exigências de uma prática profissional que se insere em um mercado de trabalho caracterizado pela mudança (Lee, Trauth e Farwell, 1995). A inclusão do profissional no trabalho é medida por sua competência que aqui se define como um agrupamento de atitudes, habilidades e conhecimentos relacionados que afeta uma grande parte de um trabalho (um papel ou responsabilidade), que se relaciona com o desempenho no trabalho, que pode ser medido com base em padrões aceitos, e que pode ser melhorado através de treinamento e desenvolvimento. O papel da UFRA, portanto, é prover treinamento e desenvolvimento de conhecimento buscando com isso a competência.

O egresso deverá conter os conhecimentos determinados pelas diretrizes curriculares do seu curso de graduação. A formação obrigatória, a formação complementar, a regionalização, o estágio curricular obrigatório e o trabalho de conclusão de curso são perfis agregados ao longo da integralização dos cursos e determinam a política geral de ensino da UFRA. Espera-se que ao sair da UFRA o aluno tenha conhecimento prático e teórico da profissão de sua escolha, além de ter uma formação humana e social, condição mínima para formação de um cidadão.

O programa dos cursos de graduação da UFRA, com aulas no período diurno e noturno, observa metodologia de ensino, ambiente de aprendizagem, corpo docente e colaboradores capacitados para a formação profissional. Este programa permite a formação de alunos com o seguinte perfil profissional:

- ↳ Visão holística e cultural – estimular o acadêmico a compreender o ambiente sociocultural em que se insere, para que nele se desenvolva uma compreensão abrangente através de pensamentos e ações estratégicas positivas;
- ↳ Liderança – formar líderes com base em princípios éticos e com capacidade para inspirar pessoas nos ambientes profissionais e comunitário a fim de alcançar resultados socialmente válidos;

- ↪ Capacidade empreendedora – desenvolver a capacidade para produzir conhecimento e negócios referentes à gestão de empreendimentos.
- ↪ Capacidade analítica – desenvolver o domínio conceitual para análise crítica e a aptidão para diagnosticar e identificar oportunidades e ameaças no ambiente das organizações. Potencializar a percepção diante de problemas e desafios na perspectiva da solução responsável e proativa.
- ↪ Capacidade técnica – criar condições e recursos técnicos para que se possa atuar nos mais diversos setores do conhecimento, dominando instrumentos e ferramentas comuns à sua área de formação.
- ↪ Relacionamento interpessoal – desenvolver mecanismos para a compreensão das dimensões do ser humano através de técnicas de diálogo para a realização de parcerias e soluções de conflitos. O trabalho em equipes multifuncionais é um dos principais fundamentos a ser estimulado nos currículos.

8.2.2. Seleção de conteúdo

O entendimento de que currículo é todo o conjunto de experiências de aprendizado que o estudante incorpora durante o processo participativo de desenvolver na universidade, sendo, portanto, um programa de estudos coerentemente agregado, fez com que fosse estabelecido uma estrutura curricular desenvolvida em ciclos sequenciais, onde possa ser ampliada a visão do estudante em função da aquisição de competências e habilidades, construídas através dos saberes teórico/práticos/experienciais adquiridos.

Nos ciclos curriculares serão desenvolvidos módulos integrados de conhecimentos, visando o tratamento interdisciplinar dos conteúdos acadêmicos. Cada ciclo poderá culminar com a realização de Seminários Integrados onde serão abordados os temas transversais desenvolvidos a partir dos eixos temáticos estudados. A matriz curricular desenvolvida em módulos é inspirada nos preceitos da interdisciplinaridade. Os módulos "são caracterizados por assuntos interdisciplinares integrados, e deverão ser trabalhados em conjunto pelos professores envolvidos com os temas.

O estágio acadêmico supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso serão componentes curriculares obrigatórios e serão desenvolvidos em consonância com as linhas de ensino/pesquisa/extensão definidas em cada curso.

As atividades curriculares serão flexibilizadas e o estudante, como elemento responsável pela composição de seu percurso acadêmico, enriquecerá seu currículo com atividades

independentes que, aprovadas pelo colegiado competente, serão integralizadas em seu histórico escolar.

8.2.3. Princípios metodológicos

O processo de desenvolvimento curricular será construído, ao longo dos anos de 2010 a 2014, mediante a observação dos seguintes princípios já citados anteriormente:

- ↳ A interdisciplinaridade como princípio didático – interpretação da realidade tendo em vista a multiplicidade de leituras, modelo interacional de conhecimento que consiste na observação dos fatos e fenômenos sob vários olhares.
- ↳ A flexibilidade na estrutura curricular – compreensão de que o curso é um percurso que deverá ser construído considerando os saberes e conteúdos da vivência e experiência do aluno na busca ativa pelo conhecimento;
- ↳ A ética como tema transversal – será considerada como eixo norteador do currículo, como eixo transversal, estimulando o eterno pensar, refletir, construir. É importante a problematização dos valores morais no contexto institucional para a adoção do conjunto de princípio e padrões de conduta ética e superação de uma ética individualista e competitiva com vistas a construção de uma sociedade cada vez mais humana;
- ↳ Compreensão da diversidade cultural e pluralidade dos indivíduos - Aceitar a dimensão singular do homem e sua multiplicidade interior;
- ↳ Sólida preparação do profissional para o exercício da prática do trabalho, da cidadania e da vida cultural.
- ↳ Compreensão da graduação como etapa inicial no processo de formação continuada, a ser consolidado através do ensino, da pesquisa e da extensão.
- ↳ Capacitação Profissional e Avaliação Permanente – o processo de reestruturação curricular deverá estar associado à um programa de capacitação docente e à um projeto de auto-avaliação institucional.

8.2.4. Processo de avaliação

Um projeto pedagógico necessita de avaliação permanente e este conceito também é válido para o desempenho do aluno, que deverá ter um constante acompanhamento. O processo de avaliação permanente por muitos é compreendido com a aplicação permanente de

instrumentos de verificação do desempenho. Isso é um equívoco porque a avaliação pressupõe ação executada e, se o professor aplicar sucessivos instrumentos sem que haja o tempo para o processamento da aprendizagem, na realidade estará “poluindo” a ação educativa com excessivos testes e trabalhos que nem sempre demonstram o desempenho do estudante.

A avaliação que se prega, é, portanto, o acompanhamento constante, a observação, o diálogo, o exercício, a aplicação prática que poderá resultar na aplicação coerente de instrumentos de verificação do desempenho acadêmico. É clássica a identificação de três possibilidades que favorecem a realização de uma avaliação nas modalidades: diagnóstica, formativa e somativa. O efeito cumulativo do desempenho do aluno terá como prevalência, aspectos qualitativos, sobrepondo-se aos quantitativos.

Avaliação Diagnóstica – por meio de observação contínua, deve ser constante e representada pela permanente apreciação do professor em relação ao desempenho que o aluno apresente. Exige que seja bem realizada, tendo por base a dedicação e o interesse por parte do professor, que para efetivá-la, em padrão aceitável, considerando que todas as atividades executadas pelo aluno para atingir o objetivo desejado, são sempre significativas e, por serem sistemáticas, contemplando o conjunto de atividades integrais desenvolvidas por ambos, no processo de ensino - aprendizagem.

Avaliação Formativa – designa análises de desempenho em intervalos relativamente curtos, o que além de tornar-se significativa, é importante para a evolução do aluno. Exige metas que devem ser atingidas em prazos mais espaçados, daí ser consolidada em etapas parciais e em graus de complexidade crescentes, já que envolve a necessidade de desdobrar objetivos educacionais previamente definidos de maneira mais global.

Avaliação Somativa – tem por objeto, a apreciação muito geral do grau em que os objetivos amplos foram atingidos, como parte substancial de etapas concluídas de aprendizagem, consolidadas durante todo o desenvolvimento do Curso de formação do profissional médico.

A avaliação deve, como expressa HOFFNANN (2001), analisar teoricamente as várias manifestações dos alunos em situações de aprendizagem, para acompanhar as hipóteses que vêm formulando a respeito de determinados assuntos, em diferentes áreas de conhecimento, de forma a exercer uma ação educativa que lhes favoreça a descoberta de melhores soluções ou a reformulação de hipóteses preliminarmente formuladas.

A avaliação do aluno se fará através de qualquer atividade fundamentalizada dentro ou fora da sala de aula, mas que faça parte do programa da matéria a ser recebida no período

específico. Para efeito de controle acadêmico a avaliação deverá conter provas parciais e finais, adotando-se a média 6,0 (seis) para integralização da disciplina ou eixos temáticos. A fórmula geral para obtenção da média final está inserida no Regimento Geral da UFRA.

8.2.5. Atividade prática profissional, complementares e de estágios

As atividades práticas proporcionam ao aluno o desenvolvimento das competências mais procuradas pelas empresas (perfil empreendedor, iniciativa, liderança de pessoas, autoconfiança, auto conhecimento, perseverança e habilidades de gerenciar mudanças), estimulando a construção de suas próprias oportunidades, requisito indispensável ao profissional atual.

As novas diretrizes nacionais para os cursos de graduação abordam situações (atividades complementares, estágio supervisionado obrigatório e trabalho de conclusão de curso) que se forem seguidas, levam os estudantes a uma visão mais prática do ambiente profissional escolhido. A competência do mesmo é moldada pela ação teórica e prática e para atingir este contexto a UFRA seguirá as seguintes metas:

- ↳ Estimular práticas de estudo independentes, visando a uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;
- ↳ Encorajar o aproveitamento do conhecimento, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive as que se referiram à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada;
- ↳ Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão, as quais poderão ser incluídas como parte da carga horária;
- ↳ Contemplar orientações para as atividades de estágio e demais atividades que integrem o saber acadêmico à prática profissional, incentivando o reconhecimento de habilidades e competências fora do ambiente escolar;
- ↳ Melhoras na condição de transporte para o deslocamento em atividades que não podem ser realizadas dentro do campus;
- ↳ Reforma e aquisição de novos equipamentos nos laboratórios;
- ↳ Treinamento pedagógico dos professores o que permitirá uma abordagem didática do saber fazer fazendo;

- ↳ Incentivo a realização de aprendizado complementar, como por exemplo, participação em eventos, seminários, e cursos de ordem local e nacional;

8.3. Inovações curriculares

Tutoria

Dentre as inovações curriculares apresenta-se o programa de tutoria, cujo objetivo é atender ao aluno durante o processo de transição do ensino médio para o ensino superior. Essa ideia foi baseada no processo de Bolonha que propõe um novo modelo pedagógico para o ensino superior europeu em que se preconiza a construção do conhecimento de forma gradual, ativa e cada vez mais autônoma (autorregulação da aprendizagem), através de tarefas e atividades que levem os alunos a articularem e a relacionarem os vários saberes, assim como na resolução de problema e de tomadas de decisão.

É neste novo enquadramento do ensino superior europeu que surgem algumas experiências de tutorias (ou tutorado como, por vezes, também é designado). A integração com a ação Acolher, Integrar e Apoiar tem contribuído para a implementação e/ou para a consolidação do regime de tutorias. Este projeto tem como principais objetivos contribuir para a promoção do sucesso escolar e combater o abandono escolar. As ações propostas visam a integração, motivação e orientação dos alunos; a consolidação ou desenvolvimento de atividades de tutoria; a promoção da formação pedagógica de docentes; a criação e manutenção de sistemas de alerta precoce relativamente a situações de abandono ou insucesso escolar e o desenvolvimento de espaços/oficinas de trabalho.

Pode-se definir a tutoria como o processo mediante o qual se oferece aos estudantes uma atenção individualizada, sistemática e integrada, através dos docentes tutores, com o propósito de facilitar a sua integração na UNIVERSIDADE e no meio acadêmico como um todo; promover o sucesso escolar e educativo; orientar na definição do seu plano de estudos e em todas aquelas atividades que complementem o seu desenvolvimento acadêmico e profissional.

As tutorias apresentam-se, deste modo, como um espaço formativo privilegiado no desenvolvimento das potencialidades acadêmicas, pessoais e relacionais dos alunos. Assim, os principais objetivos do regime de tutorias são:

- ✓ acompanhar de forma personalizada a integração dos alunos do 1.º ano e facilitar a transição do ensino secundário para o ensino superior;
- ✓ acompanhar os estudantes ao longo do seu percurso acadêmico;
- ✓ identificar precocemente situações de insucesso acadêmico;

- ✓ orientar e esclarecer questões relacionadas com a organização da unidade orgânica ou com o plano de estudos; e
- ✓ contribuir para a melhoria da qualidade das aprendizagens e do ensino.

Imagina-se a tutoria como um modelo adotado para todos os alunos que adentram os cursos de graduação da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA a partir de 2011, no entanto, este modelo pode ser mais expressivo aos alunos em situação de dificuldades na escolarização e na aprendizagem, associadas a fatores de natureza não predominantemente cognitiva. Trataria sobretudo de alunos que apresentarem:

No domínio académico:

- ✓ Pouca motivação e investimento para as aprendizagem e realização das tarefas escolares;
- ✓ Dificuldade de organização para o cumprimento das tarefas;
- ✓ Gestão desajustada do seu papel de estudante (impontualidade, esquecimento de materiais, incumprimento de tarefas, etc.);
- ✓ Desajuste relativamente às expectativas da Universidade e dos professores;
- ✓ Ameaçados pelos riscos de desorganização do percurso escola (absentismo; abandono; saída precoce).

No domínio pessoal e dos relacionamentos:

- ✓ Isolamento, retração social ou outras dificuldades de relacionamento com os pares.
- ✓ Comportamento depressivo (notória e persistência tristeza);
- ✓ Comportamento frequente agressivo na relação com os colegas;
- ✓ Desorientados, perdidos, sem perspectiva.

Em termos gerais, podemos dizer que a tutoria visa diminuir os fatores de risco e incrementar os fatores de proteção do aluno nos domínios da aprendizagem e das condutas pessoal e social, potencializando, desse modo, o seu bem estar e a sua harmoniosa adaptação às expectativas académicas e sociais na UNIVERSIDADE. Em termos específicos colocam-se os objetivos que se seguem:

No domínio pessoal:

- ✓ Ajudar o aluno a conhecer-se melhor (interesses, motivações, valores, pontos fortes, pontos fracos).
- ✓ Informar e apoiar os alunos em problemas relacionados com a sua idade e desenvolvimento, bem como com a sua história pessoal.

No domínio da socialização:

- ✓ Ajudar na integração do aluno na UNIVERSIDADE, procurando despertar atitudes positivas em relação ao estudo, aos professores e aos pares.
- ✓ Fomentar comportamentos de participação na vida universitária.
- ✓ Analisar com os alunos os seus comportamentos, procurando promover a adoção de comportamentos favoráveis a uma boa integração na escola, nomeadamente no campo das amizades.

No domínio da aprendizagem

- ✓ Analisar com o aluno os seus resultados escolares, procurando retirar ilações de tal análise.
- ✓ Acompanhar a sua aprendizagem em termos globais, tendo em vista, nomeadamente, detectar áreas bem sucedidas e áreas de dificuldade e mesmo, eventualmente, de necessidades educativas especiais.
- ✓ Ajudar o aluno a analisar as suas dificuldades de rendimento escolar, identificando possíveis causas e consequências, bem como formas de superação ou minimização.
- ✓ Ajudar os alunos a fazer um melhor uso da escola, a saber usar este recurso a seu favor.
- ✓ Ajudar os alunos a perceber quais são as expectativas da escola, do currículo, dos professores e a corresponder a isso.
- ✓ Ajudar o aluno a tomar consciência das suas concepções sobre a aprendizagem (o que é aprender? Como se aprende?) e a motivação para o estudo.
- ✓ Apoiar o aluno na aquisição de estratégias de aprendizagem e técnicas de organização e estudo.
- ✓ Ajudar os alunos a aprender a reconhecer os progressos.
- ✓ Ajudar os alunos a definir o seu projeto de estudo no decorrer do curso escolhido.
- ✓ Aconselhar, programar e eventualmente propor ao curso (coordenadoria de curso) programas de recuperação, apoio e reforço educativo.

A estratégia do professor tutor não se limita a incidir no aluno. O tutor deve assumir um papel mediador entre o aluno e os professores, ou entre o aluno e a Instituição. Por isso, sua capacidade de relacionamento, a sua iniciativa e dinamismo na resolução de problemas são essenciais para o alcance dos objetivos traçados. No exercício de sua função o professor tutor desempenha uma destacada função de mediação na relação entre as necessidades dos alunos que acompanha e a resposta recebida dos professores ou da instituição. Além da intervenção junto dos alunos o tutor é um gestor de recursos, que pode ter a iniciativa de proposição de medidas a serem executadas por outros, só, ou em colaboração.

Flexibilização

Na discussão do Projeto Político-Pedagógico dos cursos a flexibilização curricular se constitui em uma questão central. Ela é parte inerente à proposta de reforma curricular.

A flexibilização curricular não tem uma explicação em si mesma. O seu significado está na relação que estabelece com o Projeto Político-Pedagógico do Curso. Sob esse ponto de vista, o processo de flexibilização não pode ser entendido como uma mera modificação ou acréscimo de atividades complementares na estrutura curricular. Ele exige que as mudanças na estrutura do currículo e na prática pedagógica estejam em consonância com os princípios e com as diretrizes do Projeto Político Pedagógico, na perspectiva de um ensino de graduação de qualidade.

A flexibilização deverá acontecer em razão de:

- ✓ Demanda da sociedade – O processo de globalização do capital determinou mudanças nas relações de produção e no processo de organização de trabalho que não pode ser ignorado pela universidade. Não se trata de formar profissionais dóceis para um mercado de trabalho incerto, mas é necessário formar profissionais críticos para compreender as novas relações de produção e de trabalho e as exigências por elas colocadas.
- ✓ Demanda do processo de conhecimento – A crise de paradigmas e o grande avanço da tecnologia exigem dos cursos universitários a existência de um processo permanente de investigação articulado com a produção do saber e de novas tecnologias.

- ✓ Demanda por uma formação crítica e cidadã de profissionais. A universidade além de formar profissionais críticos para o exercício da sua prática na sociedade forma também dirigentes, atores atuantes no processo de consolidação da nossa democracia.

O Plano Nacional de Graduação - PNG aprovado pelo Fórum de Proreitores de Graduação (FORGrad) em maio de 1999 na defesa da autonomia universitária buscou estabelecer princípios para nortear a graduação e apresentar diretrizes, parâmetros e metas para o seu desenvolvimento concreto, corporificados no Projeto Político-Pedagógico do Curso, construído coletivamente, tendo como diretrizes:

- ✓ permeabilidade às informações
- ✓ interdisciplinaridade
- ✓ formação integrada à realidade social
- ✓ necessidade de uma educação continuada
- ✓ articulação teoria e prática
- ✓ indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

A flexibilização na estrutura de formação do estudante da UFRA propõe:

- ✓ **Nova visão de formação profissional.** Rompe com a visão profissional baseada no modelo fordista. O ensino quando foi estruturado neste modelo atendia a uma realidade, em que a formação profissional centrava-se na especificidade e na delimitação das competências e habilidades. Formava-se um profissional para operacionalizar um tipo de atividade. Hoje, exige-se que se tenha ampla competência e domine muitas habilidades. Ex: a necessidade de conhecer e dominar a informática, a importância do conhecimento de gestão, comando de operações, etc.,
- ✓ **Construção de uma nova relação com o conhecimento (ação- reflexão-ação).**
- ✓ **Nova visão de ensino (aprender a aprender).** Dado à volatilidade das descobertas científicas e do avanço tecnológico é necessário desenvolver a capacidade do aluno de buscar, problematizar, criar. Esta será uma atitude permanente na sua vida profissional.
- ✓ **Substituir o modelo de grade por uma nova estrutura.** Possibilita ao aluno participar do processo de formação profissional.
- ✓ Rompimento com o enfoque unicamente disciplinar e sequenciado a partir de uma hierarquização artificial de conteúdos.

- ✓ O ensino não pode estar confinado à sala de aula.
- ✓ **A teoria e a prática não podem aparecer como princípios dicotômicos.**(Por exemplo: as aulas práticas são concebidas apenas como uma forma de conectar o pensar ao fazer. Os alunos não desenvolvem a sua capacidade de estruturar e de contextualizar problemas e buscar soluções alternativas).
- ✓ **O ensino não pode ficar submisso a conteúdos descritivos.** O saber é dinâmico, ultrapassa o aparente. Deve possibilitar ao aluno a possibilidade de ampliar os horizontes do conhecimento e da aquisição de uma visão crítica que lhe permita extrapolar a aptidão específica de seu campo de atuação profissional.
- ✓ O ensino não pode ser refratário à diversidade de experiências vivenciadas pelos alunos. Estes são o polo nucleador do projeto curricular.
- ✓ Estimular a aprendizagem permanente.

8.4.Oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos

A integralização dos Cursos da UFRA obedece aos princípios legais do Ministério da Educação e Cultura e estão expressos nos Projetos Pedagógicos de cada Curso, respeitando-se a carga horária estabelecida para os componentes curriculares bem como para os Estágios, Atividades Práticas e Complementares e Trabalhos de Conclusão de Cursos. Como oportunidades diferenciadas de integralização de cursos, a UFRA oferece a seus acadêmicos, em regime de dependência ou de adaptação curricular, cursos especiais, componentes curriculares realizados em dia de sábado ou em período de recesso (matutino e vespertino), plano de estudos individuais com aulas presenciais e com aplicação de recursos audiovisuais, utilização dos laboratórios de multimídia.

O ensino é organizado a partir de uma metodologia que favorece as atividades de aprendizagem individual e coletiva, bem como estudos teóricos e práticos. Para os acadêmicos transferidos de outras IES procede-se o aproveitamento de estudos dos componentes curriculares cursados com aprovação e com carga horária equivalente ou superior aos componentes dos cursos da UFRA, obedecendo ao conteúdo programático das disciplinas a serem aproveitadas.

Em consonância com a LDB (Art. 47, § 2º) a UFRA oferecerá aos seus acadêmicos que demonstram extraordinário aproveitamento em componentes curriculares específicos, a possibilidade de abreviarem a integralização de seus cursos mediante a realização de avaliação

em banca examinadora, de acordo com normas próprias a serem criadas pela PROEN e autorizadas pelo CONSEPE.

8.5. Avanços tecnológicos

Temos que nos adaptar às mudanças e nos capacitarmos para o "novo". A tecnologia faz parte do nosso cotidiano em diversos setores, por que não na sala de aula? A motivação para que os alunos aprendam os conteúdos serão maiores e haverá trocas de experiências entre professores e alunos no que diz respeito ao uso das tecnologias, ou seja, ao manuseio de computadores.

Ao longo dos anos os recursos utilizados em sala para a transmissão de conhecimento não se resume apenas ao professor como artífice principal, mas á uma série de ferramentas que vão desde o quadro negro tradicional até os modernos projetores multimídias, capazes de projetarem a realidade virtual em tamanho e qualidade suficientes para um “show” de aula. No mundo moderno em que vivemos os jovens alunos estão cada vez mais concentrados nos modismos tecnológicos e mais dispersos nos métodos tradicionais de ensino. Foi-se o tempo em que bastavam um professor experiente, um quadro e giz para fazer valer o tempo corrido numa preleção de uma a duas horas.

A informatização tornou a comunicação mais rápida e ao mesmo tempo efêmera à medida que uma informação é substituída por outra em questão de minutos. Os meios de comunicação como e-mail e *sms*, assim como as redes sociais (Orkut, twitter, Messenger, etc.) ganha espaço na sala de aula e os meios de ensino ganha amplitudes chamais vistas.

A tecnologia, especificamente os softwares educacionais disponibiliza oportunidade de motivação e apropriação do conteúdo estudado em sala de aula, uma vez que em muitas escolas de rede pública e particular, professores utilizam recursos didáticos como lousa e giz para ministrarem suas aulas, este é um dos diversos problemas que causam o crescimento da qualidade não satisfatória de ensino, principalmente na rede estadual. É preciso substituir os processos de ensino que priorizam a exposição, que levam a um receber passivo do conteúdo, através de processos que não estimulem os alunos à participação. É preciso que eles deixem de ver a matéria como um produto acabado, cuja transmissão de conteúdos é vista como um conjunto estático de conhecimentos e técnicas.

Entretanto, o conteúdo aplicado pelo professor na maioria das vezes acontece de forma simples, pouco refletida seja quanto aos conteúdos, métodos de ensino e avaliação; gerando desinteresse dos alunos pela matéria e dúvidas em relação ao conteúdo. Os processos

educacionais utilizados nas escolas não satisfazem mais às condições de aprendizagem da sociedade, caracterizadas pela necessidade de independência na busca de informações e construção do conhecimento. Este requisito de mudança se dá pelas rápidas transformações socioculturais e tecnológicas a que está submetido o homem moderno. Não podemos mais pensar em ensinar, como nos moldes tradicionais, correr o risco de se estar desatualizado e oferecer instrumentos que já não funcionam.

Dentre as novas tecnologias a serem incorporadas ao ensino/aprendizagem da UFRA no período de vigência deste PDI temos:

- ✓ A distribuição de rede sem fio (wireless) em todos os estabelecimentos da UFRA para acesso a internet dentro das salas de aula – até o ano de 2012;
- ✓ A aquisição de softwares educacionais das áreas relacionadas aos cursos presentes na UFRA – a partir de 2011;
- ✓ O fortalecimento da divisão de tecnologia e informática (DTI) para prover um maior tráfego de dados e mais estabilidade da rede – a partir de 2010;
- ✓ A fixação em sala de ao menos uma bateria informatizada composta por um computador e um projetor multimídia – a partir de 2010;
- ✓ A utilização dos recursos já existentes de videoconferência para auxiliar a tirada de dúvidas por alunos, assim com a possibilidade de recuperação de matérias de ensino em módulos virtuais preparados pelos professores específicos – a partir de 2010;
- ✓ Fortalecer a necessidade de se publicar na página da UFRA, em sítio específico, os dados das matérias ministradas nos cursos, assim como um sistema de comunicação online com o objetivo de estreitar a relação entre os professores e os alunos na tirada de dúvidas sobre assuntos ministrados – a partir de 2010;
- ✓ Criação de normas para publicação no site da UFRA com o objetivo de se criar um modelo menos variável na ação de informar – a partir de 2010.

9. CORPO DOCENTE

9.1. Requisitos de titulação

Para ser um professor universitário, no Brasil, a exigência mais importante foi, durante muito tempo, que o candidato possuísse um diploma de curso superior e dominasse razoavelmente a área de conhecimento e os conteúdos que iria ensinar. Essas exigências tornaram-se mais complexas à medida que as Universidades Pública passaram a oferecer

cursos de pós graduação de Mestrado e Doutorado. Com o aumento no número de profissionais com mestrado e doutorado, as universidades passaram a exigir dos candidato a Professor a sua titulação. Não podemos deixar de citar aqui o importante papel que a CAPES (Capacitação para o Aperfeiçoamento do Ensino Superior), órgão vinculado ao MEC, teve como fiscalizadora e normalizadora de tudo que se refere ao ensino de pós graduação no Brasil.

Em 1996 com a aprovação da Lei de Diretrizes Básica da Educação (LDB), consolidou-se a exigência da Pós-Graduação para ser professor universitário. No entanto, em nenhum momento pensou-se que os professores universitários também devessem ter conhecimentos e habilidades na área da Pedagogia e da Metodologia do Ensino. Embora a LDB exija uma habilitação (Mestrado e/ou Doutorado) para o cargo de Professor Universitário, é certo que o MEC, na falta de oferta de Mestres e Doutores aceita como professores os portadores de diploma de Especialização (Latu Sensu). Cria-se uma incoerência, pois professores sem mestrado ou doutorado, mas provisoriamente capacitados a ensinar, convivem com professores sem nenhuma habilitação para o magistério, mas legalmente capacitados por que já possuem a titulação que a lei exige.

É praxe dentro da UFRA que todos os professores recém contratados deverão passar um treinamento em metodologia de ensino como exigência do edital do concurso. Além disso, a CAPES adota hoje nos cursos de Pós Graduação a exigência para que o aluno faça treinamento em docência como parte de integralização do programa. Também, é objetivo da UFRA qualificar os seus professores de forma que atinjam o ápice de sua carreira, o que, em teoria, melhoraria os índices de qualidade da mesma. É fato que dos 203 professores atualmente trabalhando na UFRA o percentual de doutores ultrapassa os 50%. Este percentual aumentará ao mesmo tempo em que, naturalmente, os mestres se elevam a doutores (programas de pós graduação para formação de doutores - DINTER) e que certamente, pelo padrão dos concursos, não apresentaremos mais no quadro de professores efetivos especialistas (hoje são 4) e graduados (hoje são 2).

Com o aumento dos cursos de Pós-Graduação na UFRA e em outras Instituições do Estado certamente haverá uma mão-de-obra com maior número de doutores, além do fato de que no Brasil, os programas de pós-graduação formam cada vez mais doutores.

Os editais de concurso da UFRA exigem como requisito mínimo de titularidade o nível de mestrado, no entanto a IFES carece de uma norma que regule estas ações. A proposta é que até 2011 a UFRA tenha uma norma e que a mesma siga a legislação vigente.

Para a pós-graduação segue-se o que é exigido pela CAPES. Para o professor de programa de mestrado exige-se no mínimo o doutorado.

9.2. Experiências no magistério superior e experiência profissional não acadêmica

A maioria dos concursos da UFRA para professores efetivos, mestres ou doutores, não preconiza a experiência no magistério como critério primordial. Considera o currículo como pontuador de sua experiência profissional de uma forma geral (magistério e não acadêmica), mas pontua diferentemente (maior valor) o candidato com experiência no ensino. A UFRA possui uma política recente de CAPACITAÇÃO dos seus funcionários, mas eventualmente ao longo do período de vigência deste PDI acreditamos definir um perfil mais específico e delimitador, que venha de encontro com a missão da mesma e com a filosofia pedagógica que construiu os projetos dos cursos de Graduação e Pós-Graduação.

Muitos profissionais acabam engajando no meio acadêmico diretamente dos cursos de pós-graduação. Destes, certamente, poucos tiveram contato com experiências fora da academia e por serem contratados em regime de dedicação exclusiva (DE) são obrigados ao trabalho acadêmico restrito, por falta de normas específicas que corroborem para uma experiência profissional sem ferir a legislação vigente. No entanto, através da pesquisa e da extensão este profissional passa a inteirar-se com o meio que o cerca. A parceria com empresas privadas e com profissionais destas empresas resulta em formação conjunta onde ambos aprendem. A quantidade de convênios que a UFRA possui com a iniciativa privada permite o desenvolvimento de diversas atividades que certamente interferirão na formação de seus professores e que conseqüentemente mudarão a forma de aprendizagem para com o alunado.

Não podemos esquecer que além dos professores efetivos temos também de forma periódica e cada vez mais constante a presença de professores visitantes e colaboradores que trazem experiências diversas e algumas vezes diferenciadas do sistema de ensino acadêmico. O professor também, através de eventos diversos possui a oportunidade de contato com o ambiente não acadêmico e a troca de experiência com o que há de melhor na sua área de atuação.

A UFRA atenta-se para o fato de que a informação é muito dinâmica e que para formar profissionais de sucesso os mesmo têm que estar focados no mercado que o absorverá. Como o principal artífice na formação do aluno é o professor, a UFRA garante a oportunidade para o

aprendizado externo através do incentivo a participação em eventos diversos relacionados a sua área de ensino.

A descentralização de recursos internamente através da Matriz Interna de Realocação Orçamentária (MAIRO) permite que se integralize e pulverize os recursos dentro dos Institutos e que os mesmos decidam o que apoiarão como forma de treinamento do seu professor. Espera-se que no decorrer do período de duração deste PDI a descentralização de recursos alcance a totalidade dos profissionais docentes da UFRA e que isso venha a refletir em melhora da qualidade de ensino.

9.3. Os critérios de seleção e contratação

Atualmente, os critérios de seleção e contratação dos servidores docentes da UFRA são realizados com base em exigências, previamente, estabelecidas em editais de concursos públicos, organizados pela Comissão Permanente de Seleção (CPS), observando-se os ditames legais.

Planeja-se que, até o ano de 2012, seja criada uma Divisão de Seleção e Admissão na estrutura organizacional da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, para redefinir os critérios internos de seleção e contratação do corpo técnico-administrativo e docente da UFRA.

9.4. Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho

A discussão sobre a formação docente no Brasil é recente, tendo seu marco na década de 90. Isso não significa que antes não se pesquisava sobre a formação contínua, mas o enfoque dado a formação docente era diferente, muito mais numa perspectiva para do que com os professores. Segundo Nunes (2001), dentre os motivos que contribuíram para a sua emergência está o movimento de profissionalização do ensino e suas consequências para a questão do conhecimento dos professores na busca de conhecimentos para garantir a legitimidade da profissão.

Para Fiorentini et al (1998), a nova ênfase à formação docente é reflexo de um contexto que inicialmente foi marcado pela valorização do conhecimento, considerado como saber específico que o professor tinha sobre a sua disciplina, nos anos 60. Já na década de 70, o domínio dos conteúdos passou para um segundo plano, valorizando-se os aspectos didático-metodológicos relacionados às tecnologias de ensino. E, na década de 80, o discurso que predomina no campo educacional é aquele que ressalta a dimensão sócio-política e ideológica da prática pedagógica.

Ao refletir sobre a questão dos saberes docentes e a formação de professores dentro da UFRA, não se está se imaginando um estudo inédito, mas pretende-se reconhecer o professor como sujeito de um saber e de um fazer, fazendo surgir a necessidade de se investigar seus saberes de referência, suas próprias ações e pensamentos.

Segundo o Prof. Pedro Ganzeli (2009), no Brasil, distingue-se duas formas principais de qualificar o trabalho do professor que está atuando na sala de aula: capacitação em serviço e formação em serviço. A primeira compreende a oferta de cursos temáticos ou de áreas de conhecimento ao conjunto de professores e a segunda, é realizada pela frequência do professor em cursos que lhe propicia a continuidade nos estudos, possibilitando a progressão na carreira. Nos anos de 1990, como citado, ocorreram profundas mudanças na legislação que rege a educação nacional, provocando a intensificação nas políticas de qualificação em serviço dos profissionais da educação.

A UFRA apresenta como política de qualificação um atendimento a todos os sistemas de ensino considerando os aspectos mais específicos do universo local. O programa deverá analisar os limites e as possibilidades no âmbito da unidade escolar num parâmetro regional e nacional.

As ações a serem consideradas como capacitadoras incluem cursos de formação e habilitação profissional, capacitações essencialmente pedagógicas e de aprofundamento dos conteúdos curriculares e capacitações que priorizam a potencialização da gestão escolar propriamente dita. As ações capacitadoras fortalecerão o vocabulário e a compreensão pedagógica dos educadores, em relação à proposta pedagógica da UFRA e em relação às propostas pedagógicas dos cursos de graduação. Ampliarão o entendimento sobre os processos de conhecimento e de ensino, qualificando sua prática educativa, a partir dos objetivos pretendidos e assumidos pelo ensino superior em cada uma das modalidades (bacharelado, licenciatura, ensino à distância, etc.).

As ações capacitadoras mobilizarão uma reconceituação da totalidade do trabalho desenvolvido pelas unidades internamente responsáveis, possibilitando aos agentes educacionais (pedagogos) uma visão mais integral e integrada do sistema de ensino dentro da UFRA. Espera-se com isso obter ganhos na metodologia e didática das ações educativas, por conta das capacitações pedagógicas e de aprofundamento dos conteúdos curriculares que serão realizados.

Os trabalhos de capacitação deverão envolver o acompanhamento e o assessoramento constante aos docentes, auxiliando-os na resolução de seus problemas e contribuindo para o

processo de construção do conhecimento. Deixa-se de lado a capacitação apenas através da transmissão de conhecimento e busca-se uma abordagem de analisar a prática que o professor vem desenvolvendo, enfatizando a temática do saber docente e a busca de uma base de conhecimentos para os professores, considerando os saberes da experiência.

O processo de capacitação da UFRA deverá assegurar o desenvolvimento de hábitos que proporcionem ao aprendiz docente ser uma pessoa capaz de refletir sobre sua prática pedagógica, além de ser um produtor consciente dos saberes, por meio da pesquisa com princípio de formação educativa. O percurso da formação deverá resultar na formação para uma real competência, muito além da mera qualificação conferida por sua titulação. A universidade garantirá investimentos em formação docente, pois sabe que isto trará mudanças significativas nas práticas de ensino.

É preciso ter algumas qualidades para ser um bom professor, e todas elas não precisam ser inatas, podem ser desenvolvidas. Segundo Fernândes (1998) é fundamental ter senso de humor, amor pelo conhecimento, que tenha ética e estética e que seja capaz de encarar como desafio o situar-se com sabedoria sobre o que deve ser guardado e o que deve ser mostrado. Para que haja sucesso na capacitação, torna-se essencial a abertura para o querer, ou seja, estar aberto e disposto para inovações e disposto para aprender alguma coisa. A UFRA pretende reconhecer o professor como sujeito de um saber e de um fazer, fazendo surgir a necessidade de se investigar seus saberes de referência, suas próprias ações e pensamentos.

Embora a UFRA vivencie o status de Universidade, mantinha-se como instituição isolada de ensino superior quando FCAP. Essa condição, todavia, não impediu a sua vontade política de viabilizar os meios para que a pesquisa e a capacitação docente, aqui entendidas também as iniciativas de cursos de pós-graduação, pudessem ser efetivamente estimuladas. No entanto apenas no ano de 2009 (confirmar) é que foi instituído o Programa de Capacitação e Desenvolvimento do Servidor e inicialmente incorporou apenas os técnicos administrativos. Para o ano de 2011 é que será incluído dentro do programa ações específicas para a capacitação do professor. Esta função até o momento vem sendo executada pela Pró-Reitoria de Ensino no setor de apoio pedagógico, mas deverá ser incluída em unidade específica de desenvolvimento e capacitação do servidor.

a) Plano de carreira

Certamente a UFRA adota o plano de carreira instituído para a categoria de professor, seguindo a legislação vigente (O plano de carreira docente seguido na UFRA tem fundamento nas Leis nº 5.539, de 27 de novembro de 1968 e nº 11.344, de 08 de setembro de 2006 e o Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987). A CPPD é o órgão dentro da UFRA responsável pelo acompanhamento efetivo da progressão do professor, assim como é a unidade responsável pela normatização para o alcance da mesma. As normas e critérios serão revisados e melhorados a partir do ano de 2011.

9.5. Procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro

A substituição eventual dos professores do quadro segue o procedimento natural de aposentadoria e outros fatores (demissão, morte, etc.). Com a equivalência de professores abre-se concurso imediato para a vaga e o quadro permanece inalterado. A escolha da área fica por conta da necessidade dos cursos dentro dos Institutos e não necessariamente as vagas serão preenchidas na mesma matéria.

A necessidade de contratação de novos professores dentro da UFRA deverá ser definida por norma própria que terá como base o estudo e avaliação da eficiência de trabalho atual e, logicamente, seguindo o projeto de reestruturação da UFRA para os cursos novos e demais cursos já existentes. A contratação de professores deverá ter como base a titulação de mestrado como embasamento mínimo. Certamente, em razão do fortalecimento dos cursos de pós-graduação, a tendência será a contratação de professores com titulação de doutor.

10. CORPO TECNICO/ADMINISTRATIVO

6.1 - Os critérios de seleção e contratação

Atualmente, os critérios de seleção e contratação dos servidores técnico-administrativos da UFRA são realizados com base em exigências, previamente, estabelecidas em editais de concursos públicos, organizados pela Comissão Permanente de Seleção (CPS), observando-se os ditames legais.

Planeja-se que até o ano de 2012 seja criada uma Divisão de Seleção e Admissão na estrutura organizacional da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, para redefinir os critérios internos de seleção e contratação do corpo técnico-administrativo e docente da UFRA.

6.2 - Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho

Embora esta política esteja baseada na legislação vigente a UFRA vem participando avidamente no desenvolvimento do Corpo técnico administrativo, com ações formativa e educativa, alavancando uma estrutura que estava inerte através de uma unidade específica que é a Divisão de Capacitação e Desenvolvimento (DCAD), instituída em 2009.

A DCAD desenvolverá o programa de capacitação baseado na gestão por competência que será implementado ao longo de vigência deste PDI. Esta divisão passará a ter alocação de recurso no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) já a partir de 2010 para o desenvolvimento de suas atividades anuais e, a UFRA determinará no seu orçamento um crescimento de no mínimo 30% a cada ano.

Encontra-se em desenvolvimento o Plano de Capacitação dos servidores técnico-administrativos da UFRA, aprovado pela Resolução CONSAD nº 13, de 08 de outubro de 2008. Por meio deste plano, a UFRA participa avidamente do desenvolvimento do Corpo técnico administrativo, com ações formativas e educativas, que alavancam uma estrutura que estava inerte, por meio de uma unidade específica que é a Divisão de Capacitação e Desenvolvimento (DCAD), instituída em 2008.

A DCAD desenvolve o Plano de capacitação baseado na gestão por competências, que se consolidará ao longo de vigência deste PDI. Esta divisão passou a ter, a partir de 2010, dotação orçamentária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para o desenvolvimento de suas

atividades anuais e a perspectiva é que este orçamento apresente um crescimento mínimo de 30% ao ano.

O apoio ao programa de capacitação e desenvolvimento do servidor (professor e técnico administrativo) mediante cursos de capacitação na modalidade a distância, sendo um apoio à DCAD.

O marco da Gestão por Competências na Administração Pública Federal é o Decreto n.º 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal. A noção de gestão por competências é compreendida como a *“gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição”*. (Art. 2º, Inciso I)

Os Objetivos desta abordagem passa pela adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos institucionais, ao desenvolvimento permanente do servidor público e a racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.

O modelo de Gestão por Competências apresenta um conceito com base em três dimensões: conhecimentos, habilidades e atitudes.

Na gestão de pessoas, a abordagem da competência mostrou-se uma forma avançada e inovadora - conhecimentos requeridos pela organização, na flexibilização do conceito de posto de trabalho e no envolvimento e responsabilização permanente do indivíduo em seu desenvolvimento. Este modelo tem por objetivos planejar, captar, desenvolver e avaliar, nos diferentes níveis da organização pública, as competências necessárias à consecução dos objetivos organizacionais.

Objetiva-se gerenciar as lacunas (*gaps*) de competências eventualmente existentes na organização. Essa lacuna diz respeito à discrepância entre as competências necessárias à consecução dos objetivos organizacionais e àquelas de que a organização dispõe.

A respeito do Plano de Carreira técnico-administrativo, este se constitui em uma política governamental definida pela Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005, gerenciada, na UFRA, pela Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas e suas gerências. O Plano define os parâmetros de progressão funcional por mérito e por capacitação dos servidores, além dos incentivos à qualificação que podem ser alcançados com a educação formal.

Conforme o Decreto 94.664, de 23 de julho de 1987, o regime de trabalho para os servidores técnico-administrativos é de quarenta horas semanais, ressalvados os casos em que a legislação específica estabeleça diferente jornada de trabalho.

11. CORPO DISCENTE

7.1 - Formas de acesso

As formas de acesso o ingressante na UFRA será através de:

- ✓ Processo seletivo normal, vestibular, já realizado naturalmente.
- ✓ Processo seletivo baseado no ENEM – a partir de 2011.
- ✓ Processo seletivo especial, Vestibulinho, já realizado.
- ✓ Transferência externa (ex-offício).

7.2 - Programas de apoio pedagógico e financeiro

A UFRA ao longo de vigência do PDI implementará alguns programas de apoio pedagógico e financeiro ao discente. O objetivo principal desta ação é diminuir a taxa de evasão dos cursos buscando sanar problemas de ordem financeira e de assuntos acadêmicos que muitas vezes levam a desistência do aluno. O Programa de Apoio ao Estudante (PAE) da Pró-Reitoria de Ensino a ser implantado até o ano de 2011, terá como objetivo principal orientar os alunos nas questões psicopedagógicas, minimizando conflitos e abrindo espaço para melhor compreensão nas relações acadêmicas. O PAE contará com uma equipe especializada para atender ao estudante. O atendimento poderá ser feito individualmente, mantendo sempre o sigilo absoluto nas questões abordadas; ou ainda, em grupos de autoajuda, formados por estudantes, com reuniões semanais ou quinzenais, quando serão discutidos problemas comuns a todos os integrantes do grupo.

O apoio financeiro será realizado através de bolsas tipo: transporte, moradia, alimentação, etc. Parte destes recursos será proveniente do Programa Nacional de Auxílio Estudantil (PNAES) e a outra parte do REUNI, e os valores de cada ação serão definidos pelo Fórum sobre o PNAES e outras comissões, instituído pela Pró-Reitoria de Ensino, com a participação da Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão, coordenadores de cursos, alunos e o apoio psicossocial. Este Fórum será criado em 2010 e atuará de forma ordinária e extraordinária, baseado numa norma própria de funcionamento.

O critério para seleção dos alunos que receberão auxílio será baseado na condição socioeconômica e só serão considerados potenciais recebedores os alunos classificados como hipossuficientes. A UFRA adotará normas para seleção destes alunos hipossuficientes.

7.3 - Estímulos à permanência (programa de nivelamento, atendimento psicopedagógico)

Um dos principais indicadores de eficiência dos sistemas educacionais é a proporção de concluintes em relação ao número de ingressantes, em dado período de tempo. De acordo com dados do Censo da Educação Superior de 2005 (INEP, 2006), cuja finalidade é traçar anualmente uma radiografia do ensino superior no país, a evasão no ensino superior é da ordem de 42%, considerando instituições de ensino público e privado, o que mostra alto índice de defasagem entre o número de estudantes que entram nas universidades e os que terminam o curso. Esse índice, segundo o mesmo censo sobe para 70%, quando consideramos apenas o ensino em instituições privadas e cai para 35% em relação às instituições públicas. Segundo a mesma fonte, o número de pessoas que entraram nas universidades na última década quase triplicou -- cresceu 172,6%, de cerca de 440 mil para 1,262 milhões. Mas o número dos que saíram com o diploma aumentou 114% (pouco mais que o dobro) -- de aproximadamente 240 mil para 528 mil. De acordo com o Ministério da Educação, isso significa que o progresso registrado em uma ponta do ensino superior não se reflete totalmente no outro lado.

Para buscar alcançar a meta de 40% de matriculados até 2010 (MEC) em universidades públicas, o governo terá que lançar mão de investimentos que darão suporte a esta ação e garantir que alunos de baixa renda consigam ser incluídos neste potencial.

Uma questão importante diz respeito à evasão no chamado ciclo básico do ensino superior. Existem diagnósticos mostrando que a maioria das desistências discentes ocorre nesse período (INEP, 2006). Sobre esse assunto, Bourdieu (1989) apresenta um estudo pormenorizado realizado em instituições francesas de ensino superior mostrando a importância da diferenciação e da ênfase na análise da questão do ciclo básico em relação ao profissional. Vale destacar que é no ciclo básico que o estudante se familiariza com as condições de ensino e pesquisa oferecidas na universidade, não somente através das disciplinas cursadas, mas também porque nessa fase ocorrem as primeiras oportunidades de estágio, monitoria e bolsas de iniciação científica. Segundo alguns autores (BRAGA et al, 2002 e POLYDORO et al, 2003), os estudantes evadidos de cursos de graduação do ensino superior atribuem, em sua maioria, as dificuldades para conciliar estudo e trabalho como causa fundamental à evasão, primordialmente nos cursos noturnos, nos quais essa é condicionada pela relação de trabalho do estudante e pela sua renda familiar.

Pode-se calcular que de 20 a 25% dos alunos que estudam nas IFES são carentes e necessitam de recursos para sua manutenção. Deve-se notar que esse percentual foi calculado sem levar em conta a implantação do sistema de cotas (sociais ou raciais) nas instituições públicas, o que obviamente aumentaria em muito esse número.

Na UFRA ainda não foi realizado um estudo conclusivo dos motivos que possam revelar o porquê da elevada taxa de evasão (superior a 20%). Uma alternativa é trabalhar com uma resposta que possa vir do próprio alunado através de questionários de pesquisas. Tal questionamento poderia sugerir que os estudantes apontassem quais alternativas deveriam ser criadas ou priorizadas pela instituição com objetivo de facilitar a permanência dos mesmos na universidade. Entre as respostas, as sugestões citadas com maior frequência mereceriam uma atenção especial. A exemplo de outras IFES as sugestões que apareceram em maior quantidade foram: alojamentos para discentes, restaurante universitário, bolsa pesquisa, programa primeiro emprego e bolsa trabalho. Todas estas sugestões estão ligadas ao fator econômico que pesa no processo de continuidade dentro da Universidade. A partir de 2011 a UFRA estará preparando um estudo criterioso para identificação do problema.

O propósito principal do nivelamento é oportunizar aos participantes uma revisão de conteúdos, proporcionando, por meio de explicações e de atividades, a apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos. O que se percebe é que a formação oferecida nos ensinos fundamental e médio deixa a desejar, sendo comuns as queixas dos docentes do ensino superior quanto às falhas de formação e ao baixo nível apresentado pelos alunos, sobretudo no início da vida acadêmica. Grande parte deles são alunos que não conseguem organizar bem as ideias por escrito, cometem muitos erros gramaticais e ortográficos e apresentam, ainda, falhas básicas no raciocínio matemático, dentre outros.

O programa de nivelamento será definido como um procedimento de apoio ao estudo e uma atividade pedagógica de fundamental importância para a sua formação, como aluno universitário. Espera-se que o nivelamento contribua para a superação das lacunas herdadas do ensino nos níveis anteriores e ajude os acadêmicos a realizar um curso superior de qualidade.

O objetivo geral do programa de nivelamento é oferecer a oportunidade aos alunos de participar de revisões de conteúdos das disciplinas fundamentais do ensino médio e das disciplinas cursadas em semestres anteriores no curso.

O programa de nivelamento será desenvolvido pela Pró-Reitoria de Ensino e terá normatização própria, semelhante ao programa de tutoria. Este programa deverá funcionar a partir de 2012.

O APOIO PSICO-PEDAGÓGICO a ser implantado pela UFRA a partir do ano de 2012 terá por missão zelar pelo bem-estar e qualidade de vida da comunidade acadêmica, prevenir e tratar os problemas que surjam quer ao nível do seu desenvolvimento pessoal, integração escolar e social em geral e sucesso no desempenho escolar, através de um apoio especializado psicológico e psicopedagógico. Para isso, será necessário a contratação de recurso humano específico ou aperfeiçoamento do recurso já disponível.

O apoio psicopedagógico objetiva auxiliar o aluno no aspecto emocional, durante as diferentes etapas do curso. Tem como funções a triagem, diagnóstico e as orientações cabíveis ao aluno no que se refere à: sua insatisfação com o desempenho escolar; falta de motivação para o estudo; crises em relacionamentos; dificuldades com cursos e ou professores; dúvidas sobre a faculdade ou quanto sua vocação com a carreira que escolheu; privações, estresse, cansaço, solidão, angústia e demais problemas que possam afetar a sua aprendizagem. Para tanto, serão oferecidos atendimentos individuais, grupos de discussão/reflexão, palestras ou quaisquer outros meios tecnicamente apropriados para discussão, esclarecimentos ou orientações.

7.4 - Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil)

A UFRA precisa reestruturar e recriar novos espaços para a convivência estudantil quer seja nas instalações dos próprios cursos, quer seja num espaço comum a todos dentro do campus. Estes centros de convivência podem ser assim especificados:

- ✓ Área comum para realização de contato social, danças, comemorações e festividades – 2012
- ✓ Reestruturação de uma área comum para a prática de esporte – 2010
- ✓ Criação de programas coletivos que auxiliem a convivência e a troca de experiência, tais como gincanas culturais, feira de atividades, etc. – 2012
- ✓ Criação de espaços reservados a cada curso como área de descanso, área de acesso a computadores, cantinas e afins – 2011.

7.5 - Acompanhamento dos egressos

A UFRA ao longo da vigência deste PDI espera desenvolver um Programa de Acompanhamento de Egressos, visando criar um mecanismo de apoio e educação continuada para os formados. Os acadêmicos egressos tradicionalmente perdem vínculo com a instituição

formadora, permanecendo sem acesso ao intercâmbio com seus antigos professores e especialistas em suas áreas de trabalho.

A UFRA em apoio a seus egressos pretende mantê-los atualizados, checando suas inserções no mercado de trabalho e suas vivências e dificuldades profissionais. Usando modernas tecnologias de informação e comunicação, através do portal universitário, tentará também auxiliar na resolução de problemas profissionais cotidianos, através de consulta ao corpo docente do Curso e de outras áreas da faculdade.

Serão objetivos específicos do programa de acompanhamento de egressos:

- a) Manter os registros atualizados de alunos egressos
- b) Avaliar o desempenho da instituição, através da pesquisa de satisfação do formando e do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- c) Promover o intercâmbio entre ex-alunos;
- d) Promover encontros, cursos de extensão, reciclagens e palestras direcionadas a profissionais formados pela Instituição;
- e) Condecorar os egressos que se destacam nas atividades profissionais;
- f) Divulgar permanentemente a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho.

12. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

8.1. Estrutura organizacional

Atualmente a estrutura organizacional da UFRA compreende em parte o que foi instituído no PDI de 2004 a 2008. Houve a inclusão de unidades que não estavam previstas na vigência do PDI e que serão devidamente incluídas no PDI (2010 a 2014), assim como a criação de algumas unidades dentro do organograma.

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – 2010 a 2014

REITORIA

- Gabinete da Reitoria
- Assessoria Jurídica
- Assessoria de Assuntos Estratégicos
- Assessoria de Cooperação Interinstitucional e Internacional
- Assessoria de Comunicação - ASCOM
- Secretaria Geral dos Conselhos Superiores
- Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD
- Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo – CPPTA
- Auditoria Interna
- UFRA Paraquominas (novo campus)
- UFRA Parauapebas (novo campus)
- UFRA Capitão Poço (novo campus)
- UFRA Capanema (novo campus) - 2011
- Comissão Própria de Avaliação (CPA)
- Comissão Permanente de Ética
- Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo
- Ouvidoria
- Assessorias Especiais

PRÓ-REITORIAS

Colegiado das Coordenadorias de Graduação e Pós-graduação - PROEN e PROPED

Secretaria

Superintendências

Divisões – o ocupante será denominado Gerente

Seções – o ocupante será denominado Chefe

CONSTITUIÇÃO DAS PRÓ-REITORIAS

1. PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (PROPLAGE)

Divisão de Tecnologia e Informática

Interlocutor eletrônico do REUNI

Comissão Própria de Licitação (CPL)

Diretor de Planejamento e Gestão

Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (SGDP)

Divisão Administrativa

Seção de Direitos e deveres

Seção de Cadastro

Seção Financeira

Divisão de Qualidade de Vida, Saúde e Segurança

Seção de Saúde e Segurança

Seção Psicossocial

Divisão de Capacitação e Desenvolvimento

Seção de Recrutamento e Seleção

Seção de Capacitação e Desenvolvimento

Superintendência de Planejamento e Orçamento (SPO)

Divisão de Planejamento e Orçamento

Seção de Planejamento

Seção de Orçamentação

Superintendência de Patrimônio e Material

Divisão de Patrimônio e Material

Divisão de Material e Patrimônio

Divisão de Almoxarifado

Divisão de Compras

Superintendência Administrativa e Financeira (SAF)

Divisão Financeira

Seção de Controle de Orçamento

Seção de Movimentação Financeira

Divisão Contábil

Seção de Recebimentos

Seção de Pagamentos

Prefeitura

Divisão de Serviços Gerais

Seção de Máquinas e Transporte

Seção de elétrica e hidráulica

Seção de Vigilância e Guarda (retornaria sob a responsabilidade da Prefeitura)

Divisão de Obras

2. PRÓ-REITORIA DE ENSINO (PROEN)

Colegiado da Pró-Reitoria de Ensino

Diretoria da Pró-Reitoria de Ensino

Centro de Assuntos Estudantis

Coordenadorias de Cursos de Graduação

Superintendência Acadêmica de Ensino

Divisão de Ensino e Acesso

Divisão de Controle Acadêmico

Biblioteca

Divisão de Editoração e Gráfica

Divisão de Referência e Empréstimos

Divisão de Apoio Pedagógico
Restaurante Universitário
Núcleo de Educação a Distância - NEAD

3. PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (PROPED)

Colegiado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

Superintendência Acadêmica de Pesquisa

Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
Divisão de Pós-Graduação
Divisão de Projetos e Captação de Recursos

4. PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (PROEX)

Colegiado da Pró-Reitoria de Extensão
Diretoria da Pró-Reitoria Adjunta de Extensão
Centro de Assuntos Comunitários

Superintendência Acadêmica de Extensão

Divisão de Extensão
Divisão de Estágio
Divisão de Eventos Técnico-Científicos

5. ESTRUTURA DOS INSTITUTOS

Colegiado do Instituto
Diretor-Geral
Secretaria Executiva
Vice Diretor (novo cargo – extinto o cargo de Gerente Acadêmico)
Gerência Administrativa
Áreas Multiespaciais

CONSTITUIÇÃO DOS INSTITUTOS

INSTITUTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS – ICA

Cursos de Graduação
Cursos de Mestrado e Doutorado
Cursos de Especialização
Programas de extensão
Núcleos de Pesquisa
Estação Experimental de Benfica
Estação Experimental de Santa Isabel
UD Várzea

INSTITUTO DE SAÚDE E PRODUÇÃO ANIMAL-ISPA

Cursos de Graduação
Cursos de Mestrado e Doutorado
Cursos de Especialização
Programas de Extensão
Núcleos de Pesquisa
Hospital Veterinário de Ensino
Fazenda Escola de Igarapé-Aço
Serviço de Atendimento de Grandes Animais

INSTITUTO SÓCIO-AMBIENTAL E RECURSOS HÍDRICOS - ISARH

Curso de Graduação
Cursos de Mestrado e Doutorado
Cursos de Especialização
Programas de Extensão
Núcleos de Pesquisa
Biofauna
Estação de Biologia Pesqueira e Piscicultura de Castanhal
Estação Experimental de Cuiarana

INSTITUTO CIBERESPACIAL - ICIBE

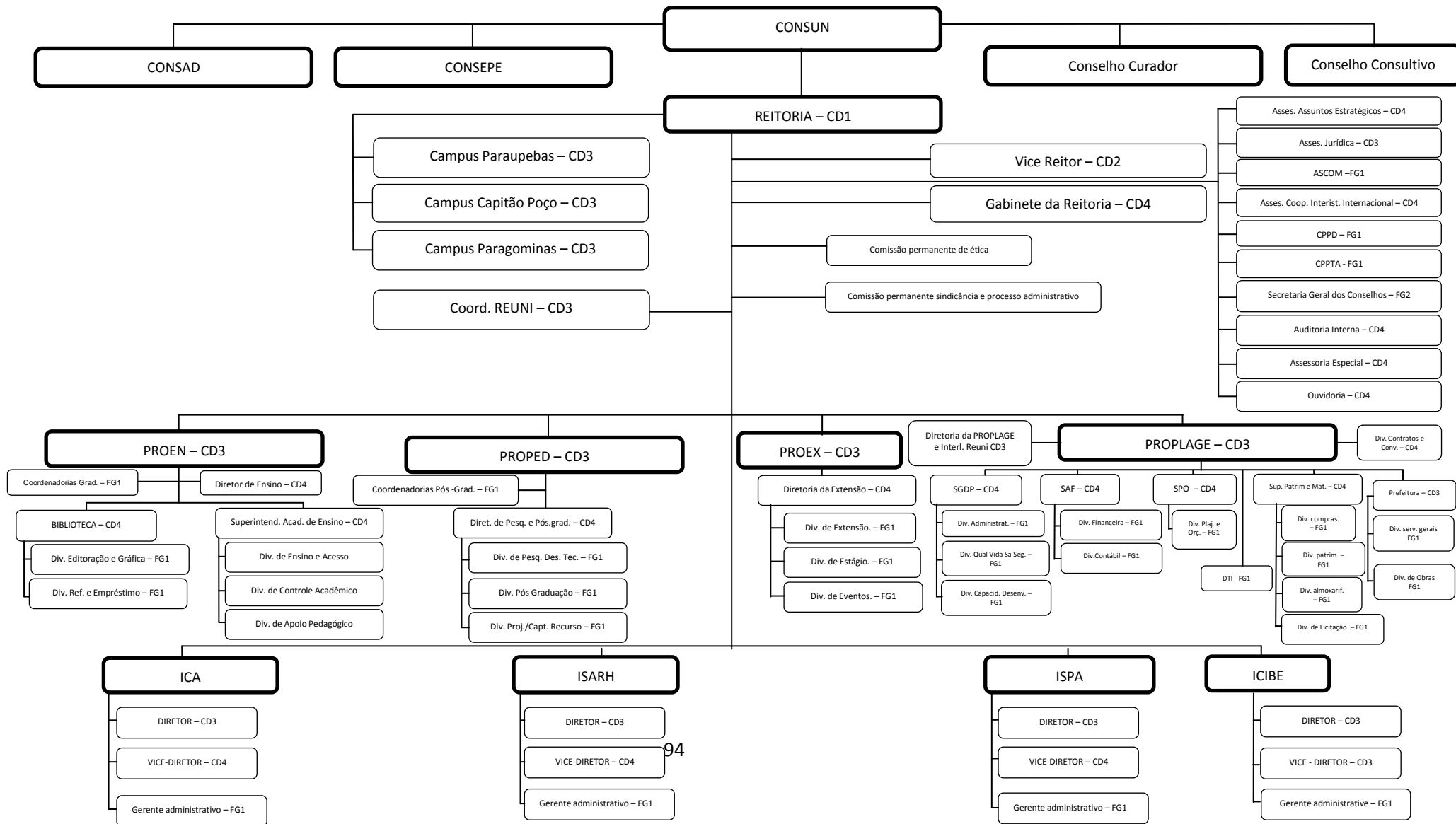
Curso de Graduação
Curso de Mestrado e Doutorado
Cursos de Especialização
Programas de Extensão
Núcleos de Pesquisa

PADRÕES DE FUNCIONALIDADE

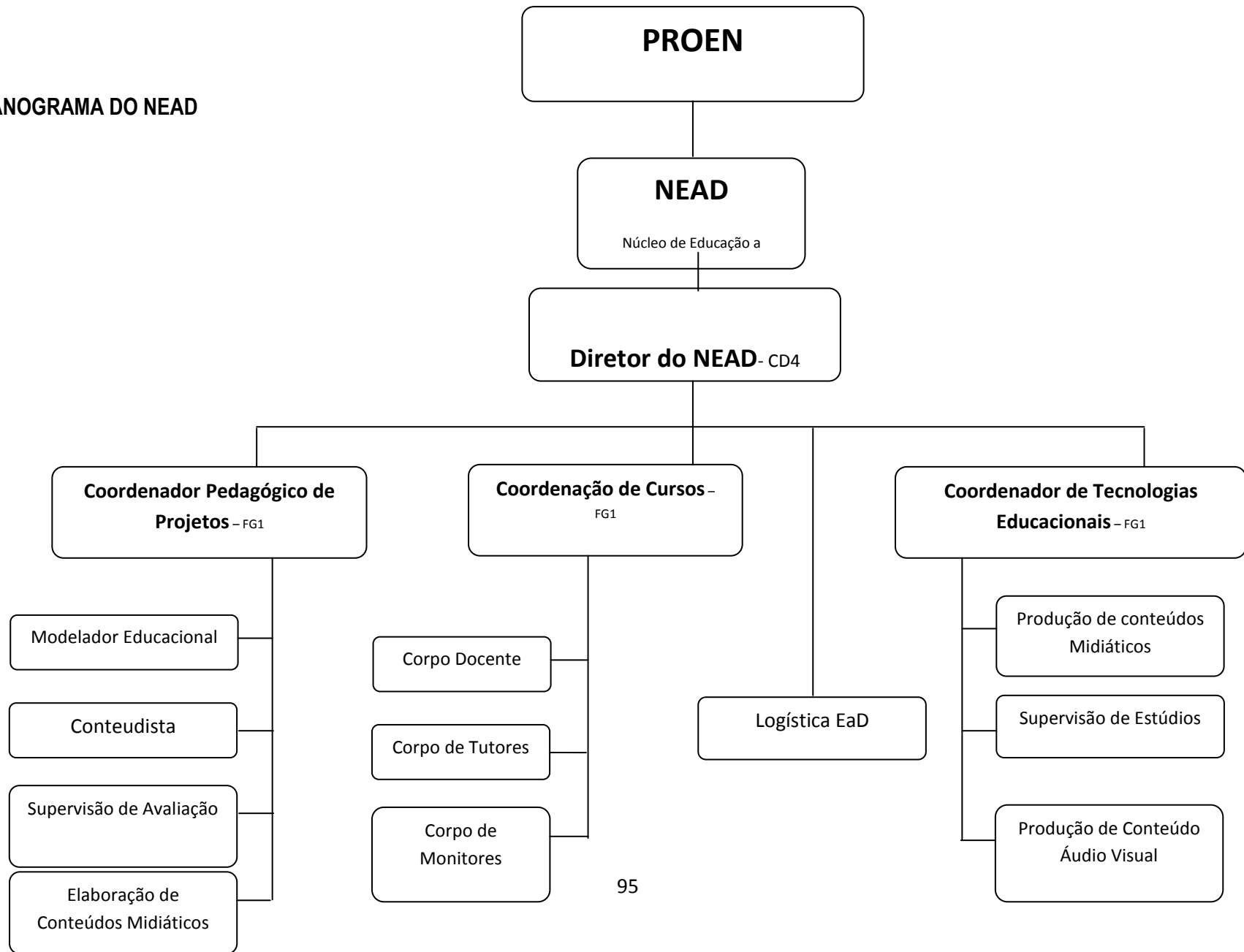
Estrutura organizacional como forma e tempo à inovação
Flexibilidade funcional
Horizontalidade dos fluxos decisórios

Impulso à eficiência
Descentralização e autonomia
Multiespacialidade de ação
Desempenho de qualidade
Sistema operacional pós-burocrático

8.2 - Organograma institucional e acadêmico ORGANOGRAMA UFRA – PDI 2010 a 2014



ORGANOGRAMA DO NEAD



- Durante a vigência do PDI serão criadas duas novas pró-reitorias: Pró-Reitoria de Gestão de Pessoa (PROGEP) – a partir de 2012 e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE) – a partir de 2013. Ambas as pró-reitorias serão necessárias para consolidar a estrutura organizacional da UFRA, atendendo de forma direta as ações pertinentes a elas, ao mesmo tempo em que dividirá as atividades das pró-reitorias de Planejamento e Gestão (PROPLAGE) e de Ensino (PROEN).
- A Biblioteca e o Restaurante Universitário farão parte da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE).
- Os Campi fora de sede terão Regimento próprio, com autonomia vinculada ao Campus Sede (legislação vigente), com um organograma administrativo mínimo composto por: Diretor, Vice-diretor, Gerente acadêmico e Secretaria Executiva.

8.3 - Órgãos colegiados: competências e composição

Estas informações estão presentes no Estatuto e no Regimento Geral da UFRA.

8.4 - Órgãos de apoio às atividades acadêmicas

Entende-se como Unidades de Apoio Acadêmico o conjunto dos órgãos e setores da UFRA que, por suas finalidades específicas, estão integrados ao processo educacional desenvolvido pela instituição, dando suporte técnico-científico-informacional, logístico e sociocultural às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A UFRA possui ou possuirá os seguintes órgão de apoio às atividades acadêmicas:

1. **Biblioteca** - Com objetivo de reunir subsídios capazes de facilitar as pesquisas realizadas pelos usuários, a Biblioteca dispõe de um acervo composto por vários tipos de documentos: livros, periódicos, dissertações e teses, coleções especiais, como as obras publicadas pela Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura da OEA-IICA, mapas, fitas de vídeo e títulos em CD-ROM. Destacando-se como um dos mais completos acervos na área de Ciências Agrárias da Região Amazônica, é composto de uma coleção adequada para atender a demanda de usuários. A circulação do acervo é de, aproximadamente, 78000 entre consultas e empréstimos ao ano, com uma frequência de 300 usuários/dia. Com a ampliação do prédio da Biblioteca para o ano de 2010, espera-se aumentar no

mínimo 25% o número de consultas e empréstimos, assim como o número de itens disponíveis.

2. **Restaurante Universitário** – O restaurante da UFRA serve durante o ano mais de 60 mil refeições, entre alunos (graduação e pós-graduação) e funcionários. Para os alunos dos cursos de graduação a alimentação é gratuita. O Restaurante serve apenas almoço e é importantíssimo para a permanência dos alunos do Campus. Planeja-se um aumento no espaço físico e conseqüentemente um aumento no número de refeições servidas para o anos de 2010/2011. Haverá também a construção de um novo RU para o atendimento de 450 refeições diárias com finalização da obra prevista para 2012. Espera-se aumentar em 30% a quantidade de refeições servidas diariamente e com isso atender os cursos novos que serão criados no período de vigência deste PDI.
3. **Centro de Cultura Física** – O centro de cultura física é composto por quadras poliesportivas, ginásio de esporte, “fitness” e piscina. A estrutura é simples e o atendimento aos alunos será melhorado durante o período de vigência deste PDI. Será adquirido novos equipamentos para “fitness”, reforma do ginásio e reestruturação da área da piscina, além de incentivo a competições em várias modalidades já a partir do ano de 2010. Este setor atende aos alunos nas disciplinas de Educação Física dos cursos de graduação. Esporadicamente é realizado eventos com a participação de todos os alunos (competições de futebol e afins). Esta unidade continuará sob a responsabilidade da PROEX.

8.5 - Autonomia da IES em relação à mantenedora

Segue a legislação vigente.

8.6 - Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas

A UFRA possui a Divisão de Contratos e Convênios, que é responsável pela relação bilateral entre as diversas instituições, tanto privada quanto pública. Esta unidade funciona como regulador de contratos e convênios, sendo de responsabilidade das unidades executoras o gerenciamento e acompanhamento das atividades. Até a vigência deste PDI, espera se aumentar em 40% a quantidade de parcerias nos diversos segmentos, quer seja no ensino, na pesquisa e principalmente na extensão.

13. AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional da UFRA terá no PDI um de seus instrumentos para construir o conhecimento acerca do seu fazer pedagógico, gerencial, tecnológico, educativo dentre outros no sentido de ser este documento referência na definição das ações estratégicas a serem desenvolvidas pela instituição. Assim será analisado e avaliado o alcance ou não de cada meta definida pelo PDI visando identificar o nível de realização da ação e as dificuldades encontradas para não alcançá-las.

OBJETIVOS:

Geral:

- Desenvolver o autoconhecimento institucional por meio de análise da eficácia educacional e social de suas atividades e da eficiência de seu funcionamento, para promover a qualidade educativa através da avaliação institucional.

Específicos:

- Construir processos de mobilização e envolvimento no sentido de fazer com que a avaliação não seja vista como ferramenta de medição somente, mas sim como um modo de alcançar melhorias educativas.
- Promover a melhoria dos resultados através das indicações dos relatórios da auto-avaliação.
- Indicar a criação de Comissões de Avaliação nos diferentes setores da UFRA: pró-reitorias, institutos, coordenadorias de cursos (graduação e pós-graduação), visando maior participação dos integrantes da comunidade acadêmica.
- Sistematizar as experiências decorrentes da auto-avaliação, aplicando a competência institucional para desenvolver a meta-avaliação.
- Fazer com que todas as Unidades Descentralizadas da Universidade e a comunidade conheçam e participem das atividades que ocorrem na instituição.

9.1 - Metodologia, dimensões e instrumentos a serem utilizados no processo de auto-avaliação

A metodologia de trabalho a ser adotado é no sentido de operacionalizar as etapas para a implementação da Comissão Própria de Avaliação para tanto serão considerados as seguintes etapas amparada nas Orientações Gerais para o Roteiro das Instituições (INEP, 2004).

- **Instalação da CPA -**
- **1ª Etapa: Preparação**
- **Elaboração do projeto de avaliação** – o documento deve ser elaborado pelos integrantes da CPA, e enviado para apreciação da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES).
- **Elaboração do Regimento Interno da CPA**
- **Sensibilização** – que será realizada a partir de reuniões com todos os integrantes da CPA, com a socialização de todas as informações sobre a Auto-avaliação institucional, bem como dos documentos e legislações sobre o SINAES. Após este momento os integrantes terão a oportunidade de apresentar suas expectativas sobre o trabalho a ser realizado. O objetivo desta etapa é promover o processo de sensibilização e conhecimento sobre a CPA e o comprometimento dos integrantes com a construção de um processo de avaliação sério e compromissado com a melhoria da educação na UFRA.
- **2ª Etapa: Desenvolvimento** - consiste na concretização das atividades planejadas;
 - (a) realização de reuniões ou debates de sensibilização;
 - (b) sistematização de demandas/idéias/sugestões oriundas destas reuniões;
 - (c) realização de seminários internos para: apresentação do SINAES, apresentação da proposta do processo de avaliação interna da IES, discussões internas e apresentação das sistematizações dos resultados e outros;
 - (d) definição da composição dos grupos de trabalho, atendendo aos principais segmentos da comunidade acadêmica (avaliação de egressos e/ou dos docentes; estudo de evasão etc);
 - (e) construção de instrumentos para coleta de dados: entrevistas, questionários, grupos focais e outros;

- (f) definição da metodologia de análise e interpretação dos dados;
- (g) definição das condições materiais para o desenvolvimento do trabalho: espaço físico, docentes e técnicos com horas de trabalho dedicado a esta tarefa e outros;
- (h) definição de formato de relatório de auto-avaliação; definição de reuniões sistemáticas de trabalho;
- (i) elaboração de relatórios; e comunidade acadêmica e publicação das experiências. (LEI 10861/2004)

- **3ª Etapa – Consolidação**

- Esta etapa refere-se à elaboração, divulgação e análise do relatório final. Contempla, também, a realização de um balanço crítico do processo avaliativo e de seus resultados em termos da melhoria da qualidade da instituição. Momento das considerações finais e da eleição das prioridades.

- **Relatório**

- O relatório final de avaliação interna deve expressar o resultado do processo de discussão, de análise e interpretação dos dados advindos, principalmente, do processo de auto-avaliação. É importante que ele seja capaz de incorporar, quando estiverem disponíveis, os resultados da avaliação de cursos e de desempenho de estudantes.
- Os destinatários do relatório são os membros da comunidade acadêmica, os avaliadores externos e a sociedade. Considerando essa diversidade de leitores, são fundamentais a clareza na comunicação das informações e o caráter analítico e interpretativo dos resultados obtidos. Além disso, é desejável que ele apresente sugestões para ações de natureza administrativa, política, pedagógica e técnico-científica a serem implementadas.

- **Divulgação**

A divulgação, como continuidade do processo de avaliação interna, deve oportunizar a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Para tanto, podem ser utilizados diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos, (impressos e eletrônicos), seminários e outros. A divulgação deve propiciar ainda a oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à comunidade interna.

Balanço

Balanço crítico

- Ao final do processo de auto-avaliação, é necessária uma reflexão sobre o mesmo, visando a sua continuidade. Assim, uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços apresentados permitirá planejar ações futuras. Deste modo, o processo de auto-avaliação proporcionará não só o auto-conhecimento institucional, o que em si é de grande valor para a IES, como será um balizador da avaliação externa, prevista no SINAES como a próxima etapa da avaliação institucional.

9.2 - Formas de participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa, incluindo a atuação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES

Para realizar o seu processo de auto-avaliação, cada unidade deverá constituir uma Comissão de Avaliação. A constituição e atribuições das comissões por unidade obedecerão aos seguintes parâmetros:

- Cada setor deverá indicar um representante para ser o interlocutor do setor junto a CPA.
- Criação do Comitê de Avaliação Institucional com representantes dos diferentes setores da UFRA.
- Elaboração de relatórios que deverão ser construídos de forma livre, sem as amarras de um instrumento pré-formatado, mas pautados pela matriz de avaliação, em todos os aspectos que são pertinentes ao setor; e
- Estes relatórios deverão ser discutidos com toda a unidade e apresentados ao respectivo colegiado, sendo, em seguida, encaminhados, por meio eletrônico, à CPA, que sobre eles emitirá parecer, com sugestões, caso pertinentes, para o aperfeiçoamento do projeto acadêmico e pedagógico da unidade.”

Os aspectos a serem considerados na avaliação obedecerão às seguintes dimensões de acordo com a Lei 10.861/04, art. 3º, incisos I a X.

I - a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II - a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III - a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV - a comunicação com a sociedade;

V - as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI - organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII - infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII - planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX - políticas de atendimento aos estudantes;

X - sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.”

9.3 - Formas de utilização dos resultados das avaliações

Os resultados obtidos do processo de autoavaliação serão utilizados para:

- Identificar as falhas que levaram ao não cumprimento das metas sugeridas pelo PDI.
- Nortear as ações futuras que darão suporte à criação de novos documentos que ampliarão o sucesso da UFRA.
- Identificar as fraquezas do sistema acadêmico e formas para melhorá-lo.
- Criar parâmetros que organizem as tomadas de decisões.
- Tomar ações rápidas e eficazes na contentação de demandas e falhas pontuais.

14. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

Quadro 3 - Infraestrutura física

	Quantidade	Área (M²)	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014
Área de lazer	4		6	10	12	14	16
Auditório	7		10	12	14	16	18
Banheiros	80		90	100	120	140	160
Biblioteca central/setoriais	2		5	8	10	12	14
Instal. Administrativas - setores	9		12	14	16	18	20
Laboratórios	25		30	32	36	40	46
Salas de aula	60		72	76	80	84	90
Salas de Coordenação	5		8	14	16	16	16
Salas de Docentes	140		170	200	220	230	260
Outros							

Infraestrutura acadêmica

Quadro 4 - Laboratórios de Informática – Novos equipamentos a serem adquiridos

Equipamento	Especificação	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014
Computadores	Desktop	120,0	200,00	150,00	200,00	150,00
Impressoras	Laser/Tinta	30	40	60	15	20
Projetores	800 a 2000 lumens	40	20	20	20	40
Retroprojetores	-	5	10	10	10	10
Televisores	60"	1	10	10	15	15
Outros						

15. ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA

Em sua transformação de Faculdade para Universidade, ao longo do tempo, a UFRA acabou por deixar de lado questões relacionadas aos portadores de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida. Os prédios mais velhos e alguns já construídos apresentam projetos que não facilitam o acesso a pessoas com mobilidade reduzida. O acompanhamento e a resolução de problemas relacionados a necessidades educacionais especiais é um fator novo e relevante dentro da UFRA. Muitas vezes tais fatores acabaram por ser empecilho para alunos e membros da comunidade local. Pensando nisso é que se propõe a criação de um Programa específico para o atendimento destas necessidades. Este programa será denominado de PROGRAMA DE APOIO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS (PPNE). O Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais da UFRA–PPNE deverá vinculado à Vice-Reitoria da Universidade e terá por objetivo mediar o relacionamento entre o professor, o funcionário e principalmente o aluno com deficiência e a UFRA, proporcionando um exercício livre de cidadania para todos os que integram a comunidade universitária.

São direitos previstos em Portaria do MEC, em Decreto da Presidência da República e na Constituição Brasileira a integração do portador de deficiência, o pleno exercício de seus direitos básicos com respeito e dignidade, iguais oportunidades no meio social, sem privilégio ou paternalismo bem como a existência de condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e utilização de equipamentos e instalações das Instituições de Ensino Superior. O Programa na Universidade funcionará através da ação conjunta de grupos de trabalhos com funções específicas de atendimento, envolvendo ações do Vestibular e de Concursos, além das Pró-reitorias de Planejamento e Ensino.

Os portadores de quaisquer tipos de deficiências (sejam elas temporárias ou permanentes) serão essencialmente o público ao qual se destinará esse Programa. As necessidades especiais nas pessoas não devem, absolutamente, representar qualquer tipo de empecilho para que tenham acesso à formação superior. Para isso, o PPNE desenvolverá uma política de convivência universitária, visando à integração e formação de cidadãos plenos a partir do ano de 2011. Outro fator a ser considerado neste contexto é sobre o conhecimento em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) que já está incorporado no currículo dos Cursos Novos e que serão programadas para todos os demais cursos, principalmente fora do Campus Sede.

16. DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

16.1 - Planejamento econômico-financeiro

Receitas					
	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Financeiras	20.000,00	40.000,00	50.000,00	60.000,00	60.000,00
Serviços	250.000,00	300.000,00	350.000,00	400.000,00	450.000,00
Diversos					
RECEITA BRUTA					
DESCONTOS					
Despesas					
	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014
1. PESSOAL					
Docente					
Técnicos e Administ.					
Encargos					
Sub-total					
2. MANUTENÇÃO					
Consumo	450.000,00	600.000,00	850.000,00	850.000,00	900.000,00
Aluguel	6.000,00	18.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
Sub-Total 2	456.000,00	618.000,00	875.000,00	875.000,00	925.000,00
3. INVESTIMENTO					
Mobília	850.000,00	900.000,00	900.000,00	900.000,00	1.000.000,00
Reformas	600.000,00	700.000,00	500.000,00	550.000,00	600.000,00
Salas de aula	600.000,00	650.000,00	700.000,00	450.000,00	300.000,00
Laboratórios	1.200.000,00	2.200.000,00	2.500.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
Biblioteca	1.400.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00
Acervo	500.000,00	350.000,00	400.000,00	450.000,00	450.000,00
Equipe. informática	400.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00
Computadores	150.000,00	200.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Diversos	60.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Sub-Total 3	5.760.000,00	5.650.000,00	5.750.000,00	5.100.000,00	5.100.000,00
Treinamento	100.000,00	145.000,00	150.000,00	155.000,00	160.000,00
Pesquisa e Extensão	400.000,00	500.000,00	600.000,00	700.000,00	700.000,00
Eventos	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
TOTAL					